

# ontraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP



**Jovens adotam o consumo consciente como identidade e transformam o brechó, o reparo e o reuso em escolhas estéticas e culturais**

# Editorial

O debate de gênero no Brasil consolidou-se, nos últimos anos, como um dos principais campos de disputa política e simbólica. Mais do que uma divergência conceitual, trata-se de um embate que envolve projetos de sociedade, nos quais valores morais, religiosos e ideológicos disputam espaço na formulação de políticas públicas e na própria definição de direitos. A temática deixa de ser apenas acadêmica e passa a ocupar o centro das tensões sociais contemporâneas, sendo mobilizada com frequência em discursos eleitorais, agendas legislativas e disputas nas redes sociais.

A crescente politização do tema, no entanto, tem produzido efeitos que ultrapassam o campo do discurso. Ao ser apropriada por diferentes atores políticos, a pauta de gênero frequentemente é simplificada ou distorcida, convertendo-se em instrumento de mobilização e polarização. Expressões como “ideologia de gênero”, assim como a mobilização de valores associados à família e à moralidade, passam a operar como estratégias discursivas, muitas vezes deslocando o debate de seu eixo concreto e produzindo mais antagonismo do que compreensão. Essa dinâmica fragiliza o debate público, dificultando a construção de consensos mínimos e obscurecendo a complexidade das desigualdades estruturais que atravessam a sociedade brasileira.

Nesse contexto, o aumento dos casos de feminicídio no país revela uma dimensão concreta e urgente desse conflito. Dados divulgados por veículos como a CNN Brasil e pela Agência Brasil indicam que o país registrou cerca de 1.500 feminicídios em 2025, mantendo-se entre os países com maiores índices de violência letal contra mulheres. Os números reiteram que a violência contra a mulher permanece como problema estrutural, alimentado por relações históricas de poder e por uma cultura que ainda naturaliza práticas de dominação e controle. A dissociação entre a gravidade desses dados e a superficialidade de parte do debate público evidencia uma lacuna preocupante entre discurso e realidade.

Além disso, a instrumentalização política do tema pode comprometer a efetividade de políticas de enfrentamento à violência de gênero. Quando o debate se desloca para disputas ideológicas, perde-se de vista a centralidade da proteção das vítimas e da prevenção da violência. Com isso, iniciativas fundamentais, como políticas de acolhimento, ampliação de redes de proteção e fortalecimento de mecanismos institucionais, acabam sendo esvaziadas, relativizadas ou contestadas, enquanto o problema se agrava no cotidiano de milhares de mulheres, muitas vezes dentro de seus próprios lares.

## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

**Reitor** Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior  
**Vice-Reitora** Profa. Dra. Carla Reis Longhi  
**Pró-Reitor de Pós-Graduação** Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde  
**Pró-Reitor de Graduação** Prof. Dr. Flávio Mesquita Saraiva  
**Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos** Prof. Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho  
**Pró-Reitor de Educação Continuada** Prof. Dr. Paulo Sérgio Feuz  
**Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias** Profa. Dra. Myrthânia de Souza Cruz  
**Chefe de Gabinete** Dr. Leonardo Florencio de Carvalho

## FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

**Diretor** Prof. Dr. Fabio Cypriano  
**Diretora Adjunta** Profa. Dra. Diana Navas  
**Chefe do Departamento de Comunicação** Prof. Dr. Alécio Rossi Filho  
**Vice-chefe do Departamento de Comunicação** Profa. Dra. Vânia Penafieri de Farias  
**Coordenador do Curso de Jornalismo** Prof. Dr. Fábio Fernandes da Silva  
**Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo** Profa. Dra. Vanessa de Souza Oliveira

## EXPEDIENTE CONTRAPONTO

**Editora Responsável** Anna Flávia Feldmann  
**Editora Assistente** Anna Cândida Xavier  
**Secretário de Redação** Pedro Bairon  
**Fotografia** Lívia Soriano e Manoella Marinho  
**Mídias Sociais** Isabela Fabiana, Luis Henrique Oliveira, Daniella Ramos e Inaiá Misnerovicz

### Editoriais

**Cultura e Entretenimento**  
Giovana Laurelli e Amanda Campos

**Espportes** Giovanna Brito e Juliana Bertini

**Política** Letícia Falaschi e Davi Rezende

**Ambiental** Vítor Nhoatto e Luane França

**Internacional** Julia Naspolini e Sophia Aquino

**Direitos Humanos** Carolina Zaterka

**Moda** Gabriela Jacometto e Beatriz Manocchio

**Cidades** Rafael Pessoa

**Crônicas e resenhas** Nicole Domingos

**CopyDesk** Ana Pires, Beatriz Alencar, Cristiane Gabriel, Isabelli Albuquerque, Juliana Salomão, Luiza Zequim, Mayara Pereira, Melissa Joanini, Mohara Cherubin, Octávio Alves e Vitor Palhares

**Checagem de Fatos** Annanda Deusdará, Beatriz Paulino, Julia Polito, Julia Sena, Maria Eduarda Cepeda e Pedro Premero

**Ombudsman** Fábio Fernandes da Silva

**Comitê Laboratorial** Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Maria Angela Di Sessa, Pollyana Ferrari e Vanessa de Souza Oliveira

**Fotografia de capa** Manoella Marinho

**Projeto e diagramação** Aline Bullara

**Contraponto** é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – CEP 05014-901 – São Paulo/SP  
Fone: (11) 3670-8205

Ed. Número 147 – Abril/Maio de 2026

*Os textos publicados nesta edição não refletem necessariamente a opinião de todo o corpo editorial do **Jornal Contraponto**. As reportagens são laboratoriais, produzidas por estudantes do curso de Jornalismo da PUC-SP, e visam estimular o debate sobre os assuntos mais relevantes da conjuntura nacional e mundial.*

## Política

Caso Banco Master tenciona credibilidade de instituições e autoridades .....	4
Tribunal de Justiça de Minas Gerais absolve pedófilo condenado em primeira instância.....	5
Da notícia à precarização: mais de 33 mil jornalistas atuam sem direitos trabalhistas no Brasil.....	6

## Internacional

Intervencionismo americano viola a soberania da Venezuela.....	7
Tensão no Oriente Médio cresce com ataques entre Irã, Israel e EUA.....	8
Entre crítica e preconceito: o avanço do antissemitismo em meio à guerra em Gaza .....	10

## Ambiental

Ocupações em empresa do agronegócio mobilizam indígenas contra a privatização do rio Tapajós .....	11
--	----

## Cidades

“Ambevização” domina o carnaval de rua de São Paulo .....	12
Após 140 anos, Basílica da Sagrada Família caminha para a conclusão .....	13

## Saúde

Canetas emagrecedoras desafiam a fronteira entre tendência médica e fenômeno de consumo .....	14
---	----

## Moda

Entenda a vida útil das “modinhas” .....	15
“Hobbies de vó” voltam à moda e conquistam nova geração .....	16
O gingado da alta-costura brasileira .....	17

## Entretenimento e cultura

Através de um elenco autêntico, “O Agente Secreto” retrata a diversidade do Brasil.....	18
Caso de racismo no BAFTA revela sistema excludente das premiações .....	20
O fenômeno interiorano: recém-chegados ganham popularidade entre jovens com seu som.....	21
Teatro Oficina faz do palco espaço de política e experimentação.....	22
“Nem tudo que reluz é ouro”: Dan Stulbach relaciona nova peça ao Brasil atual .....	24
Entre visibilidade e fetichismo: casais LGBTQIAPN+ nas mídias.....	25

## Esportes

Gustavo Marques e a ascensão da misoginia no esporte .....	26
Campeonato Mundial de Skate evidencia o protagonismo do Brasil no esporte.....	27

## Resenhas e crônicas

Releitura de “O Morro dos Ventos Uivantes” traz abordagem contemporânea que esvazia o original.....	28
Bugonia alerta: os andromedanos estão entre nós e vestem terno .....	29
Você moraria nesta casa?.....	30
<b>Crônica:</b> Como ser um bom tirano .....	31
<b>Crônica:</b> Despertei latina .....	32
<b>Crônica:</b> O mundo Ciça .....	33

# Caso Banco Master tenciona credibilidade de instituições e autoridades

*Avanço das investigações revela falhas institucionais, abala a confiança no sistema financeiro e na atuação do Estado*

Por Annick Borges, Camila Bucoff e Leticia Falaschi

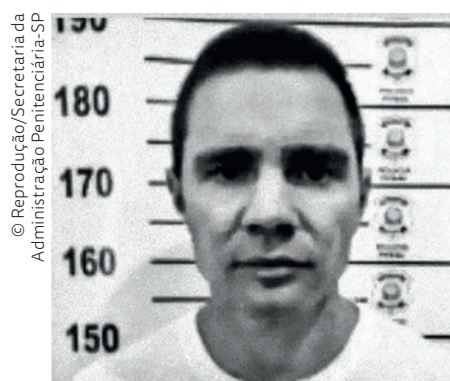
Entre envolvimento duvidosos e promessas de altos rendimentos, a crise do Banco Master invadiu o imaginário dos brasileiros. Com a investigação da Polícia Federal, estima-se quase R\$52 bilhões em prejuízos generalizados. Assim, o banco deixa como legado não apenas um escândalo financeiro, mas um alerta sobre os limites de um modelo que transformou risco em produto e expectativa em estratégia de mercado.

Desde que o empresário Daniel Vorcaro assumiu a presidência, em 2017, o Banco Master apresentou um crescimento acelerado, baseado na emissão de CDB's com alto juros. Em outras palavras, uma rentabilidade muito superior à média de mercado, o que gerou uma captação expressiva e promessa de grandes retornos aos investidores. As operações eram complexas, de alto risco e pouco transparentes.

Em março de 2025, houve a tentativa de venda das ações do Master para o Banco de Brasília (BRB), mas a operação foi impedida pelo Banco Central (BC). Para muitos economistas, essa tentativa foi o começo da revelação do tamanho do *iceberg*. Ainda em novembro do ano passado, a "Operação Compliance Zero" da Polícia Federal (PF), que investigou as fraudes, foi deflagrada e Vorcaro foi preso junto de Augusto Lima (ex-sócio do presidente e dono do Banco Pleno). Após o ocorrido, o BC decretou a liquidação extrajudicial da agência Master por graves irregularidades e risco sistêmico ao sistema financeiro.

## A investigação

Um relatório da operação de novembro do ano passado, da PF, indicou possível ligação do ministro relator do caso, Dias Toffoli, com o escândalo. Ele foi citado diretamente em conversas encontradas no celular do banqueiro. Em fevereiro, o STF comunicou seu afastamento por votação unânime, quando o ministro André Mendonça assumiu a condução do processo.



No começo de março, o nome de Alexandre de Moraes também foi vinculado ao escândalo após a divulgação de uma informação sobre um suposto contrato em nome de sua esposa e de uma empresa ligada a Vorcaro. Contudo, a fonte não foi revelada e o documento não foi apresentado publicamente.

"Quando um caso como o Banco Master emerge, e quando há suspeitas – mesmo que não comprovadas – de que ministros do STF possam estar envolvidos ou comprometidos, isso corrói a legitimidade de forma muito mais profunda do que qualquer decisão juridicamente equivocada poderia fazer", explica Wagner Gundim, doutor em Direito Constitucional e mestre em Direito Político e Econômico, em entrevista ao **Contraponto**.

Já em nova fase em 2026, a operação da PF tem 42 mandados de busca e apreensão. No dia 4 de março, Vorcaro foi preso pela segunda vez e, a partir do material apreendido, novos elementos reposicionaram o caso, como registros de comunicação com agentes públicos, conexões com operadores externos ao sistema financeiro e indícios de acesso antecipado a informações de investigações.

## A credibilidade das instituições em jogo

O andamento do inquérito pelo STF e as suspeitas de que membros da corte se beneficiaram financeiramente da relação com Vorcaro, levantaram questões sobre a credibilidade dos magistrados, que ainda estão sob apuração. De acordo com a pesquisa Atlas Intel/Estadão, que mostra a confiança dos brasileiros nas instituições, divulgada no dia 20 de março, 60% da população diz não confiar na corte, enquanto 34% afirma confiar.

De acordo com Gundim, o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) falharam em regular adequadamente uma instituição que cresceu de forma exponencial com um portfólio de risco extremamente elevado. "Há suspeitas legítimas de que ministros do STF possam ter estado envolvidos ou comprometidos em decisões relacionadas ao caso. Essas suspeitas podem ou não ser comprovadas, mas sua existência é um fato político verificável."

Daniel Vorcaro, detido no curso das investigações

## A dinâmica social da crise

O impacto do caso na confiança e percepção da população vai além das autoridades e atinge o sistema financeiro como um todo.

Nos últimos dez anos, plataformas digitais, assessores e influenciadores passaram a traduzir o mercado financeiro em uma linguagem acessível, vendendo a ideia de que investir era simples e seguro.

Para muitos brasileiros, a trajetória começou na poupança, produto de fácil entendimento e baixa rentabilidade. "As pessoas usam aquilo que é mais simples de acessar, que é a caderneta de poupança", explica a professora doutora em economia, Cristina Helena Pinto. Mas, ao perceberem o "baixo" retorno, passam a buscar alternativas. Segundo a professora, nesse movimento, encontram um ecossistema pronto para oferecer soluções mais lucrativas, mesmo sendo, em muitos casos, "pessoas que têm baixo letramento financeiro, ou têm muita vontade de realizar rápido um ganho extraordinário": os CBD's com juros muito altos oferecidos.

Nesse contexto, as taxas muito acima do mercado passaram a ser apresentadas como oportunidades pelo banco. No entanto, como aponta a economista, "juros muito elevados são sinônimo de risco", um sinal que nem sempre foi corretamente interpretado.

Esse alerta foi neutralizado por dois fatores centrais: a confiança no sistema financeiro brasileiro e a existência do Fundo Garantidor de Créditos, que levou muitos investidores a acreditarem que estavam protegidos. Apesar de o FGC garantir retorno para investimentos de até R\$ 250 mil, muitas pessoas apostaram suas poucas fichas para além desse valor, entrando num grande ônus.

Os impactos recaíram de forma desigual. Investidores mais experientes, capazes de interpretar o risco e limitar suas aplicações, conseguiram se proteger. Já aqueles com menor letramento financeiro, atraídos pela promessa de ganhos rápidos, não.

"Compraram um ativo com a expectativa de, no futuro, comprar uma casa, trocar um carro, fazer uma cirurgia ou uma viagem", descreve Helena Pinto. Para esses, a perda não é apenas econômica, mas simbólica: envolve a frustração de projetos de vida. Quando o investimento colapsa, "ela [pessoa investidora] se sente traída por todo mundo": instaura-se a percepção de fraude generalizada. O caso expõe a zona cinzenta entre educação financeira e promoção de produtos.

# Tribunal de Justiça de Minas Gerais absolve pedófilo condenado em primeira instância

**A absolvição de um pedófilo no interior de MG revela os desafios no combate à exploração sexual de menores no Brasil**

Por Giovanna Hagger, Laura Petroucic e Natália Perez

No dia 20 de fevereiro, o Tribunal da Justiça de Minas Gerais (TJMG) decidiu absolver um homem de 32 anos acusado de estupro de uma menina de 12. O desembargador Magid Nauef Láuar derrubou a sentença de primeira instância que havia condenado o suspeito a nove anos e quatro meses de prisão. O caso gerou forte comoção pública frente a naturalidade com a qual o crime hediondo foi tratado.

O caso reacende o debate sobre a aplicação na prática do artigo 217-A do Código Penal, que tipifica o crime de estupro de vulnerável qualquer ato libidinoso com menores de 14 anos é considerado crime. Ao inocentar o acusado, o desembargador relatou entender a relação do homem com a menina como relacionamento análogo ao matrimônio constituindo “vínculo afetivo consensual”. Esta decisão expõe a normalização do abuso infantil no país. Segundo o censo de 2022 divulgado pelo IBGE, mais de 34 mil pessoas entre 10 e 14 anos viviam em algum tipo de união conjugal no Brasil.

Após a repercussão da absolvição, a Corregedoria Nacional de Justiça (CNJ) afastou o desembargador e instaurou um Pedido de Providências em relação à atuação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) por ignorar um princípio central da legislação brasileira: menores de 14 anos não possuem capacidade jurídica para consentir com atos sexuais.

No dia 11 de março, o colegiado do TJMG decidiu manter a condenação estabelecida na primeira instância. A decisão foi tomada por unanimidade na 9ª Câmara Criminal do TJMG, que acolheu recurso do Ministério Público, reformou a decisão monocrática e restabeleceu a sentença.

A decisão de Magid Nauef Láuar abre um precedente para que a violência sexual contra crianças deixe de ser percebida como uma agressão inaceitável e passe a ser vista como algo passível de interpretação. A psicóloga Ilda Aparecida da Silva, do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), pontua que essa denúncia não é de hoje: “A violência sempre existiu, embora ganhe novas configurações conforme o mundo muda. Na era digital, por exemplo, todos os dias surgem novas situações, e muitas vezes não conseguimos acompanhar ou sequer refletir sobre esses acontecimentos”.

Em espaços digitais culturais, a forma como a violência sexual vem sendo retratada evidencia uma dessensibilização



© Reprodução/Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Fachada do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), onde ocorreu a absolvição de um homem acusado de estupro de uma menina de 12 anos

coletiva preocupante. A repercussão da resolução tomada pelo desembargador no Brasil, assim como casos de impacto internacional, como o do magnata americano Jeffrey Epstein, colocam em xeque a conexão entre a negligência do sistema em casos de pedofilia e figuras com poder econômico e político.

“Esse caso revela o alcance desse poder. Ao analisarmos essas situações sob a perspectiva do direito, percebemos que, embora a teoria preveja igualdade para todos, na prática o acesso à proteção e à justiça pode variar de acordo com o status social e os recursos disponíveis”, enfatiza Aparecida da Silva.

É nesse contexto que se abre espaço para a normalização de condutas associadas à pedofilia. Quando o Estado falha em responsabilizar os culpados, a sociedade assimila, ainda que de forma implícita, o inaceitável. “Quando não apresentamos uma resposta eficiente, tendemos a classificar como banalização para justificar a falta de ação”, completa Ilda. Para ela, não se trata de um evento isolado, mas um indício de um mecanismo sociopolítico e jurídico que opera para proteger agressores e silenciar vítimas.

Se, por um lado, decisões judiciais e propostas legislativas revelam falhas na proteção de crianças e adolescentes, por outro, o ambiente social também contribui para a diluição da gravidade desses crimes.

Ilda Aparecida da Silva frisa que a comunicação tem papel central em como os crimes são percebidos pela sociedade: “A mídia, de modo geral, tem um papel fundamental ao divulgar e expor a situação. Nessa partilha com a sociedade, ela atua como aliada para garantir a punição dos envolvidos.” Segundo a psicóloga, “sem essa divulgação e a pressão popular, pode acabar ocorrendo o chamado ‘jeitinho brasileiro’, além do silenciamento

por meio de influências que, muitas vezes, neste país, falam mais alto, resultando em impunidade”.

Para a psicóloga do CEDECA a combinação do descaso, de discursos ambíguos e da banalização da mídia resulta em um terreno fértil para a perpetuação da violência. “Vivemos em uma sociedade perversa, na qual a exposição pode ajudar a mobilizar governos, em diferentes instâncias, a pensarem em campanhas e políticas públicas para abordar o tema com a sociedade em geral”.

Isso dificulta, não apenas a responsabilização dos agressores, mas também o reconhecimento pleno das vítimas enquanto sujeitos detentores de direitos, que devem ser integralmente protegidos. “No âmbito familiar, esses casos também podem gerar reflexão e incentivar o diálogo com os filhos, contribuindo para o cuidado e a proteção. Programas educativos deveriam fazer parte do nosso cotidiano” propõe Aparecida da Silva.

O modo com que informações sobre os incidentes do tipo são divulgadas e depois têm sido distorcidas em compartilhamentos pela cultura da internet com memes, piadas e referências superficiais, podem levar ao esvaziamento da gravidade das violações cometidas. Com o tempo, o consumo desse tipo de conteúdo com frequência faz com que as pessoas deixem de se chocar como deveriam e passem a encarar a situação com indiferença.

A especialista comenta: “Esse tipo de abordagem é comum, pois levanta dúvidas e gera descrédito, influenciando a opinião pública. Como consequência, afeta diretamente a mobilização da sociedade.” Assim, a tolerância institucional observada em decisões judiciais e propostas legislativas encontra eco em uma cultura que, gradualmente, se acostuma com o inaceitável.

# Da notícia à precarização: mais de 33 mil jornalistas atuam sem direitos trabalhistas no Brasil

Com mais da metade da categoria em regime PJ, profissionais perdem benefícios básicos em prol da redução de custos das empresas

Por Artur Maciel, Dhara Yuki e Stefany Santos

Ao pesquisar “vagas de emprego em jornalismo” no LinkedIn, são exibidas centenas de vagas para repórter, editor-chefe, copywriter, redator e até para recrutador freelancer. Apesar da diversidade de cargos em empresas, há um elemento recorrente: “modelo de contratação como pessoa jurídica (PJ)”.

A pejetização tem se consolidado como uma prática cada vez mais comum no mercado de trabalho brasileiro, especialmente no jornalismo. Defendido por empresas como uma alternativa para reduzir custos e flexibilizar contratações, o modelo de trabalho exige que o profissional atue como pessoa jurídica.

O funcionário é obrigado a emitir notas fiscais e assumir responsabilidades que, no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), seriam garantidas pelo empregador – além de não ter os seus direitos, como férias, 13º salário, FGTS e licenças.

Em entrevista ao **Contraponto**, o professor e doutor em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), João Pinheiro de Barros Neto, afirma que a adoção do modelo é, sobretudo, uma decisão econômica. Ele diz que a empresa tende a optar pelo que é mais barato. Ao contratar como PJ, ela deixa de pagar encargos trabalhistas e previdenciários.

“Por que eu vou contratar o CLT se tem um monte de PJ por aí que eu posso contratar e vou pagar menos? E aí não tem jeito, financeiramente é mais vantajoso”, acrescenta Barros Neto. Além disso, o trabalhador PJ perde o apoio que os contratados como CLT recebem dos sindicatos.

O professor explica que, quando um jornalista é contratado como PJ, recebe tratamento e cobranças de um CLT e recorre ao sindicato, ele não será representado por ele. Conseqüentemente, tem que contratar um advogado para receber os direitos e remunerações devidas da empresa.

A situação tem sido debatida no Congresso Nacional. Durante a audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais do Senado em maio de 2025, o senador Paulo Paim (PT) classificou a pejetização como uma “ameaça direta aos direitos trabalhistas” e um “ataque frontal” à CLT. Segundo ele, a prática fragiliza o pacto social ao mascarar vínculos empregatícios e retirar direitos fundamentais dos trabalhadores.

No campo do jornalismo, os impactos são ainda mais visíveis. Em meio à crise no setor de comunicação, muitas empresas

passaram a adotar a pejetização como regra, e não exceção. Dados retirados do Portal Comunique-se indicam que mais de 54% dos jornalistas atuam como PJ em redações brasileiras, número que chega a 61,5% nas agências de comunicação.

De acordo com dados apurados pela Fenaj em 2025, são 33.252 MEI (Microempresários individuais) em atividades econômicas ligadas à edição de jornais e revistas. O número é expressivo quando comparado ao total estimado de cerca de 70 mil trabalhadores da mídia no país.

Nesse contexto, o avanço da pejetização não pode ser compreendido apenas como uma tendência de mercado, mas como um indicativo de enfraquecimento das garantias trabalhistas – especialmente em áreas já precarizadas, como o jornalismo freelancer.

Antes da formalização via MEI, o pagamento de freelancers ocorria de maneira mais direta: “A única diferença entre os jornalistas contratados e os freelancers era que, além do valor acertado, havia uma diferença de 27,8% nos pagamentos. Esse valor correspondia ao valor do imposto de renda”. Explica Humberto Werneck, ex-colaborador da Editora Abril, e editor de revistas da marca, como a Playboy.

Ele relembra a dinâmica entre os donos da revista e os jornalistas: “Não dava para fazer trabalho de freelancer para outras revistas, outros jornais. Se você tinha um relacionamento profissional, tinha uma monogamia com a empresa”. A chegada da internet e a maior horizontalidade das mídias levaram ao declínio de grandes redações, como a própria Playboy. Com isso proliferam os “colaboradores”, o

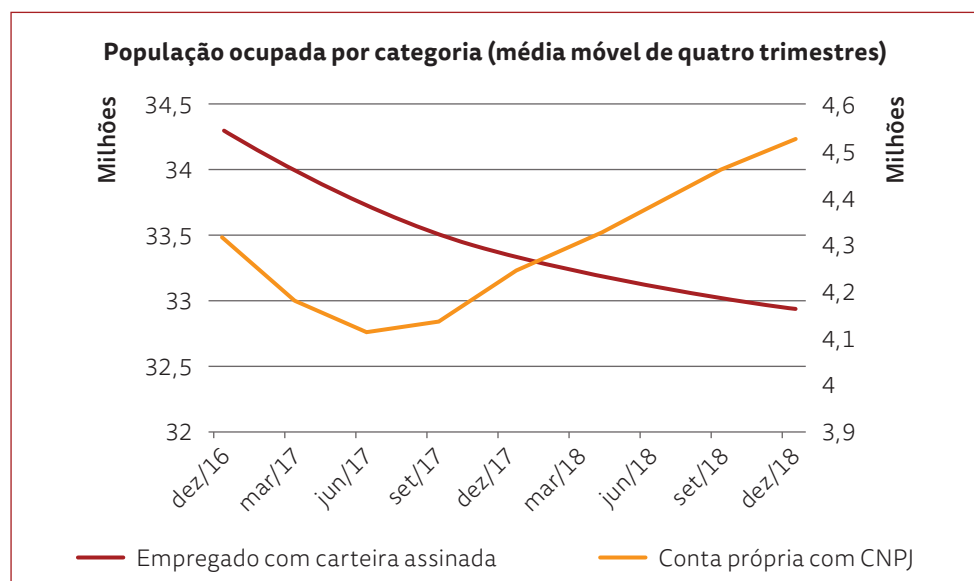
equivalente a freelancers fixos nas revistas. “A gente tinha uma pequena equipe e uma enorme linha de colaboradores”, afirma.

É evidente que a pejetização, especialmente no jornalismo, deixou de ser apenas uma alternativa contratual e passou a representar um mecanismo de fragilização do trabalho. Ao mesmo tempo em que beneficia empresas, transfere riscos e inseguranças aos profissionais, comprometendo não só a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também a própria qualidade da produção jornalística de trabalho.

Em entrevista ao **Contraponto**, uma jornalista recém-formada pela PUC-SP, que preferiu não se identificar, relatou receber R\$1.500 como PJ, mesmo cumprindo uma jornada presencial e trabalhando aos finais de semana. Antes, como estagiária, recebia R\$1.000, ou seja, a efetivação representou um aumento menor que um salário-mínimo, ainda abaixo do ideal para a função e sem qualquer garantia trabalhista.

A jornalista relatou que essas condições não foram exatamente uma escolha, mas uma necessidade. Segundo ela, o medo de ficar desempregada e a dificuldade de conseguir uma nova oportunidade na área foram alguns dos fatores. Recém-formada, ela afirma que colegas de turma formados há quase um ano seguem desempregados, mesmo buscando vagas ativamente.

Ao final, Werneck faz um contraste com sua trajetória: “Na minha época, eu ganhava mais. Era copydesk e tinha uma remuneração digna”. Ele relembra que conseguia arcar com seus custos e manter uma vida estável. “Levava uma vida sem preocupação, mas sem exageros. Eram bons tempos”.



Fonte: Microdados da PNDA Contínua. Elaboração própria.

Mesmo com dados coletados em 2018, já era possível identificar uma tendência de crescimento do trabalho no regime PJ, enquanto os vínculos formais do CLT apresentavam queda

# Intervencionismo americano viola a soberania da Venezuela

**A operação que sequestrou Maduro iniciou escalada de ações militares americanas pelo mundo**

Por Kauã Alves, Matheus Almeida e Sophia Aquino

**D**urante a madrugada do dia 3 de janeiro, helicópteros e aviões de caça avançaram por Caracas, capital da Venezuela. Em poucas horas as forças armadas estadunidenses capturaram Maduro e sua esposa e os levaram de navio para os Estados Unidos.

Esse ataque foi o desfecho de uma tensão que se agravou desde o fim do ano passado. Em setembro de 2025, os EUA começaram a bombardear embarcações na região do Caribe, em águas internacionais. Sob o pretexto do combate ao narcotráfico, pelo menos 35 embarcações foram atacadas até janeiro de 2026.

Também com essa justificativa, o Exército e a Marinha estadunidenses adentraram o território venezuelano e capturaram seu chefe de estado. Segundo o Presidente Donald Trump, o comércio de drogas oriundo do país latino afetava cidadãos americanos e, portanto, o bem-estar de sua nação.

Porém, de acordo com a doutora pela PUC-SP em Direito Internacional, Elaine Cristina Gonzaga, esse argumento “não tem nenhuma base nas normas do direito internacional, mas tampouco tem na legislação do próprio Estados Unidos”.

Segundo Elaine, todo o conceito do direito internacional, se baseia na ideia de soberania e mesmo com os cidadãos americanos sendo afetados, isso não permite uma violação de autoridade. No caso, a invasão do território venezuelano.

“Existem algumas medidas que são discutidas com aplicação extraterritorial, mas essa aplicação nunca representa a ação de um estado estrangeiro no país nacional. É sempre uma ação do estado no seu próprio território que pode ter algum impacto no país estrangeiro”, explica a professora.

Maduro está sendo julgado pela justiça americana, indiciado por conspiração para o narcoterrorismo e tráfico de cocaína. Chefes de estado em exercício têm imunidade perante tribunais criminais estrangeiros, porém os EUA não reconhecem Maduro como presidente desde 2019.

Embora haja uma corte internacional destinada a julgar crimes cometidos por líderes políticos, o processo contra Maduro não tramita neste foro. Elaine destaca que, apesar da existência do Tribunal Penal Internacional, criado pelo Estatuto de Roma, os Estados Unidos não fazem parte desse regime.

“Eles não poderiam requerer o julgamento ou fazer a denúncia e participar desse procedimento porque decidiram não ratificar. Justamente para evitar que

seus próprios soldados e chefes de estado, eventualmente pudessem ser julgados”, completa.

## Nova lógica do intervencionismo norte americano

A política venezuelana tem sido pautada por matrizes autoritárias e por trás dessa história, há um ator recorrente: os Estados Unidos. Desde a aprovação do Corolário Roosevelt em 1904, extensão da doutrina Monroe que permitia os EUA de intervir militarmente na América Latina, houve uma crescente tensão entre Washington e Caracas.

Em 1914, o petróleo foi descoberto na Venezuela, que possui a maior reserva do mundo, e a partir disso, iniciou uma nova era comercial. Por esse motivo a Venezuela sempre esteve no radar estratégico do país norte americano, tornando-se alvo permanente de pressões diplomáticas, sanções econômicas e operações encobertas.

A tensão aumentou durante os governos de Donald Trump, que adotou uma postura abertamente hostil em relação a Nicolás Maduro. Entre 2017 e 2021, impôs um regime de sanções severas contra o governo venezuelano, bloqueando ativos e restringindo o acesso ao sistema financeiro internacional.

Em 2019, Trump reconheceu oficialmente Juan Guaidó como presidente interino da Venezuela, numa tentativa de deslegitimar Maduro internacionalmente e acelerar uma transição de poder que não se concretizou. Para Trump, Maduro representava não apenas uma ameaça à democracia regional, mas também um obstáculo ao controle norte-americano sobre as reservas petrolíferas venezuelanas.

A operação, do dia 3 de janeiro deste ano, tinha como principais objetivos retirar o líder do poder – uma metodologia recorrente de intervenção dos EUA – obter controle do petróleo e do poder político do país latino.

## Repercussão interna na Venezuela

Segundo a Agência France Presse (AFP), nas ruas de Caracas, opositores permaneceram em silêncio por medo de represálias, enquanto os protestos pró-Maduro foram considerados pequenos. No exterior, venezuelanos expatriados comemoram a ação, mas também existe um terceiro grupo que desaprova tanto o ex-ditador quanto a intervenção dos EUA.

Em entrevista ao Contraponto, o professor Gilberto Aranda da Universidade do Chile (UCHile), doutor em estudos latinos, diz: “Isso não gera instabilidade como ocorreu no Oriente Médio, mas, claro, a pergunta é se algum dia a democratização chegará.”



© Reprodução/@realDonaldTrump/TruthSocial

**Maduro capturado a bordo do navio USS Iwo Jima, a foto foi divulgada por Trump em uma rede social**

O professor afirma: “Como temos cerca de 20-25% da população venezuelana fora da Venezuela, temos segmentos diferentes. Eu diria que os eventos de 3 de janeiro foram recebidos com satisfação e esperança por parte da diáspora venezuelana – algo em torno de 8 milhões de pessoas. Por outro lado, as 24 milhões que ainda estão no país reagem com cautela”.

Após dois meses da interferência estadunidense, Aranda reconhece que as transformações sociais ainda estão por vir. “Ainda é muito cedo para ver se a vida das pessoas mudou radicalmente no plano econômico. Eu diria apenas que o que mudou foi a sensação de alívio de que ‘não se-ri invadido’ e de que ‘não teremos que sair para defender o território’. O econômico é um processo, e o que está mais distante é o político”, avalia.

## Dominação latina, o novo sonho americano

Nos últimos anos, grupos como o Clan del Golfo, da Colômbia, e o Tren de Aragua, da Venezuela, foram formalmente classificados pelos Estados Unidos como organizações terroristas. Esse movimento abre precedente para a ampliação desse enquadramento a outras facções da América Latina e do Brasil.

A doutora em Relações Internacionais e professora da PUC-SP, Luiza Rodrigues Mateo, explica que, ao rotular essas organizações como terroristas, os Estados Unidos passam a acionar mecanismos mais duros, como o bloqueio de ativos, a imposição de sanções internacionais e o apoio a atores políticos alinhados aos seus interesses.

“O risco existe, mas dificilmente assumirá a forma de intervenção militar aberta em países como Brasil ou Colômbia, o que seria custoso e politicamente desgastante”, afirma Luiza.

No Brasil, a legislação nacional estabelece uma distinção clara entre terrorismo e crime organizado. Pela Lei Antiterrorismo de 2016, a prática exige motivação ideológica, política ou religiosa, enquanto facções como PCC e CV são enquadradas como organizações criminosas voltadas ao lucro.

# Tensão no Oriente Médio cresce com ataques entre Irã, Israel e EUA

**Escalada entre países reativa uma rivalidade histórica e tem como motivação uma possível ameaça do programa nuclear iraniano**

Por Carolina Zaterka, Gianna Flores, Joana Prando, Larissa Viana e Luiza Zaccano

O Oriente Médio vive um novo momento de escalada militar após ataques envolvendo Irã, Israel e Estados Unidos. O conflito reacende uma rivalidade que hoje combina disputas geopolíticas, interesses energéticos e tensões em torno do programa nuclear iraniano. Em meio a acusações de ataques a instalações estratégicas e retaliações diretas, o conflito expõe a fragilidade do sistema internacional, a disputa por influência regional e o risco de uma guerra de maiores proporções.



© Reprodução: Brasil de Fato

Cena de destruição após ataque em área urbana no Irã

## Contexto histórico do conflito

Durante grande parte do século XX, o Irã ocupou posição estratégica nas disputas entre grandes potências. Antes da influência norte-americana, o país era espaço de competição entre o Império Russo e o Reino Unido, interessados em rotas comerciais e recursos naturais. A descoberta de petróleo transformou o território em elemento central da economia, sob controle da empresa britânica *Anglo-Iranian Oil Company*, cuja atuação gerou insatisfação nacionalista.

Em 1941, forças britânicas e soviéticas ocuparam o país, levando à abdicação de Reza Shah e ascensão de Mohammad Reza Pahlavi. Nesse contexto, os Estados Unidos ampliaram sua influência política e econômica.

Na década de 1950, o primeiro-ministro Mohammad Mossadegh implementou um projeto nacionalista e defendeu a nacionalização do petróleo, concretizada em 1951 com a criação da *National Iranian Oil Company*. A medida gerou sanções e pressão do Reino Unido. Inicialmente, os EUA tentaram mediar, porém, sob lógica

da Guerra Fria, apoiaram a derrubada de Mossadegh.

Em 1953, a Operação Ajax, conduzida pela CIA e pelo MI6, resultou na deposição do primeiro-ministro e no fortalecimento do xá, aliado estratégico dos EUA. Apesar do apoio ocidental, o regime tornou-se autoritário e ampliou desigualdades, alimentando oposição interna. Esse cenário culminou na Revolução Iraniana de 1979, que instaurou a República Islâmica e redefiniu os EUA como principal adversário.

Nas décadas seguintes, a rivalidade passou a se manifestar na disputa por influência regional e nas tensões sobre o programa nuclear. As guerras no Afeganistão e no Iraque cercaram o Irã com presença militar americana. Nesse período, o país foi incluído no “Eixo do Mal”, intensificando o antagonismo.

O termo, usado por George W. Bush em 2002, associou Irã, Iraque e Coreia do Norte como ameaças globais, agravando o isolamento iraniano. Em resposta, consolidou-se a ideia de um “eixo da resistência”, fortalecendo a situação de pressão e dificultando soluções diplomáticas.

## Desenvolvimento nuclear

O programa nuclear do Irã teve início na década de 1950, durante o governo do xá Mohammad Reza Pahlavi, que contava com apoio dos Estados Unidos dentro da iniciativa *Atoms for Peace*. O projeto ganhou maior escala apenas na década de 1970, quando tecnologias provenientes da Alemanha Ocidental e da França passaram a integrar o programa iraniano. Na época, a proposta das usinas nucleares era oficialmente pacífica: ampliar a produção de energia e estimular o desenvolvimento científico do país.

O cenário mudou após a Revolução Iraniana de 1979. A suspensão das relações com os Estados Unidos passou a despertar desconfiança no Ocidente em relação às atividades nucleares iranianas.

A tensão aumentou ainda mais com a Guerra Irã-Iraque. Durante o conflito, o país passou a investir em instalações nucleares mais protegidas. Em meio ao isolamento internacional e às ameaças externas, o regime também iniciou o desenvolvimento de tecnologias voltadas ao enriquecimento de urânio.

A partir da década de 1990, o avanço dessas atividades passou a ser observado pelo restante do mundo. O enriquecimento de urânio tornou-se o principal ponto de tensão, pois embora necessário para a produção de energia em usinas nucleares, níveis mais elevados de enriquecimento também podem permitir a fabricação de armas nucleares.

Diante disso, o programa iraniano passou a ser monitorado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), órgão ligado à Organização das Nações Unidas (ONU). Inspeções e relatórios da agência tornaram-se centrais no debate internacional sobre os limites e a transparência das atividades nucleares do Irã.

Nos anos 2000, a revelação de instalações nucleares não declaradas ampliou a pressão internacional sobre o país. Governos ocidentais, especialmente os Estados Unidos, passaram a acusar Teerã de tentar desenvolver capacidade para produzir armas nucleares. O governo iraniano, por sua vez, reafirmou que seu programa é voltado à geração de energia e à pesquisa científica. Em entrevista ao jornal **Contraponto**, o docente da UFABC Gilberto Rodrigues afirma que “existe um pequeno e restrito clube de países que possuem a bomba nuclear. O sistema internacional criou um congelamento do poder. Os países que já têm a bomba não estão se desnuclearizando, enquanto os que não têm ficam congelados”.

As tensões levaram à imposição de sucessivas sanções econômicas ao país ao longo da década. Em 2015, uma tentativa de reduzir o impasse resultou na assinatura do Plano de Ação Conjunto Global, acordo firmado entre o Irã e potências internacionais que estabelecia limites ao enriquecimento de urânio e ampliava o regime de inspeções da AIEA em troca da suspensão de parte das sanções.

A situação do programa nuclear do Irã tornou-se ainda mais incerta após os ataques realizados por Israel e pelos Estados Unidos durante a chamada Guerra de 12 dias, em junho de 2025. Bombardeios atingiram algumas das principais instalações nucleares iranianas.

## Aliados na região oriental

O novo regime iraniano passou a adotar uma postura de forte oposição a Israel e aos Estados Unidos, defendendo a resistência à influência ocidental no Oriente Médio. Desde então, a rivalidade entre Teerã e Tel Aviv tornou-se um dos eixos centrais da política regional, envolvendo disputas militares, diplomáticas e tecnológicas.

Nas últimas décadas, esse confronto ocorreu majoritariamente de forma indireta. Em vez de enfrentamentos militares diretos, os países passaram a disputar influência por meio de alianças regionais, operações clandestinas, ataques cibernéticos e apoio a grupos armados aliados.

No entanto, a intensificação do conflito militar observada recentemente indica uma mudança significativa nesse padrão, com operações militares mais abertas contra infraestruturas estratégicas. Um elemento central da estratégia regional do Irã é a construção de uma rede de aliados políticos e militares distribuídos pelo Oriente Médio.

Entre os aliados mais importantes do Irã está o Hezbollah, organização xiita fundada no Líbano no início da década de 1980. O grupo atua simultaneamente como força armada e como ator político, participando do sistema libanês, considerado uma das mais poderosas organizações não estatais do mundo.

Outro ator importante é o movimento Houthi, também conhecido como Ansar Allah, originário do norte do Iêmen. O grupo surgiu nos anos 1990 como um movimento político-religioso ligado à comunidade xiita zaidita. Atualmente, os Houthis controlam grande parte do norte do país, incluindo a capital Sanaa.

Desde o início da guerra civil Síria em 2011, o Irã tem apoiado militarmente o governo de Bashar al-Assad, enviando conselheiros militares e apoiando milícias aliadas. Esse apoio permitiu a manutenção de um corredor logístico que conecta o Irã ao Mediterrâneo, passando pelo Iraque e pela Síria até o Líbano.

A aliança estratégica com os Estados Unidos é um dos pilares da segurança israelense, envolvendo cooperação militar, tecnológica e de inteligência. Além disso, nos últimos anos Israel ampliou sua aproximação com alguns países árabes, especialmente após a assinatura dos chamados Acordos de Abraão em 2020, que normalizaram relações diplomáticas entre Israel e países como Emirados Árabes Unidos e Bahrein.

Caso os confrontos diretos entre Irã e Israel se intensifiquem, há o risco de que diversos países do Oriente Médio sejam arrastados para uma guerra regional de grandes proporções. Gilberto confirma que, “não se esperava que essa guerra fosse ter essa extensão” e o conflito já se mostra “uma guerra alargada, uma guerra expandida”.



© Reprodução: Brasil de Fato

Civis em meio aos escombros após ataques

### Significado do momento atual

O cenário do tempo presente expõe que a tendência imperialista estadunidense de controle e influência mundial não teve mudanças significativas mesmo com o fim da Guerra Fria. Por mais que sejam apontados argumentos de segurança, as intervenções políticas e militares feitas pelo governo norte-americano desde 2025 se mostram estrategicamente benéficas para o país.

Tanto Israel quanto os Estados Unidos afirmam que a motivação por trás das investidas contra o Irã se trata de evitar o crescimento do programa nuclear do país. Autoridades iranianas e a AIEA confirmam que o desenvolvimento nuclear continua pacífico.

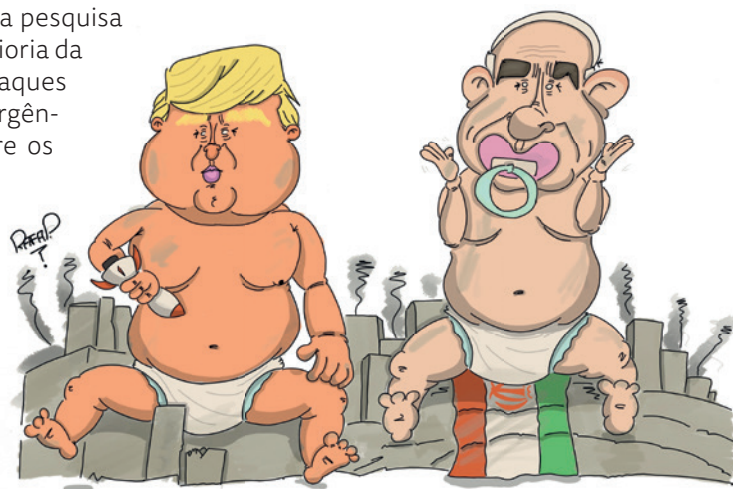
Com a guerra, decisões políticas sobre a economia ecoam mundialmente. O aumento do preço do petróleo é influenciado diretamente pela instabilidade do Oriente Médio. O Estreito de Ormuz, segundo o novo líder iraniano Mojtaba Khamenei, deve permanecer fechado como forma de pressionar o cessar-fogo estadunidense, o que estagna a tensão econômica.

Por outro lado, a decisão de interferir no Oriente Médio não é apoiada com totalidade pela sociedade civil norte-americana. De acordo com uma pesquisa realizada pela CNN, a maioria da população é contra os ataques no Irã, sendo que há divergências de opiniões até entre os

republicanos. É uma mudança significativa em relação a conflitos passados que envolviam os Estados Unidos. Esse cenário evidencia um desgaste crescente em relação às intervenções externas, marcado por fatores como o custo prolongado de guerras recentes, a polarização política interna e a desconfiança em relação às justificativas estratégicas do governo.

Ao mesmo tempo, pressões internacionais por contenção ganham força diante do risco de agravamento do conflito. Neste contexto, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a suspensão, por cinco dias, de ataques contra infraestruturas energéticas iranianas, incluindo usinas nucleares, medida que, segundo ele, estaria vinculada a conversas “produtivas” com Teerã. Autoridades iranianas contestaram a versão americana e afirmaram que não houve qualquer tentativa de negociação direta. A pausa temporária é interpretada como uma tentativa de reduzir tensões imediatas e testar caminhos diplomáticos, mas também revela a instabilidade do cenário, marcado por disputas narrativas e pela incerteza quanto à continuidade ou não da escalada militar.

Retrato da imaturidade daqueles que estão causando a destruição no Oriente Médio em benefício próprio



© Charge: Rafael Pessoa

# Entre crítica e preconceito: o avanço do antissemitismo em meio à guerra em Gaza

*Casos de antissemitismo disparam no mundo e expõem um fenômeno que mistura crítica política, desinformação e violência contra judeus da diáspora*



Memorial do holocausto vandalizado na Alemanha em 2026

três anos depois, a Noite dos Cristais marcou uma escalada da violência, com sinagogas incendiadas e milhares de estabelecimentos destruídos.

A partir de 1941, a chamada “Solução Final” organizou o extermínio sistemático, resultando na morte de cerca de **6 milhões de judeus**, além de outros grupos perseguidos.

No debate atual, esse tema aparece junto ao antissionismo, que se refere à crítica ou rejeição ao sionismo, movimento político que defende a existência de um Estado judeu, impulsionado pelo *I Congresso Sionista de 1987* e pelo livro *O Estado Judeu*, de Theodor Herzl - jornalista que defendia que a única maneira de acabar com o preconceito judaico é a criação de um estado próprio.

Como observa Andréia Kogan, doutora de ciência da religião, judaísmo e mundo contemporâneo, muitas vezes “as pessoas não conseguem diferenciar o Estado de Israel do que é ser judeu”, o que ajuda a explicar por que críticas políticas acabam sendo confundidas com ataques à identidade judaica ou o contrário.

## O conflito

A origem do conflito em sua fase contemporânea remonta à criação do Estado de Israel, em 1948, em um território então habitado majoritariamente por palestinos. O processo foi acompanhado pela expulsão e pelo deslocamento de cerca de 700 mil palestinos, episódio que ficou conhecido como Nakba. Segundo o historiador Benny Morris, parte dessa população foi deslocada para a Faixa de Gaza durante a guerra de 1948. A consolidação do novo Estado deu origem a uma crise de refugiados que persiste até hoje.

A formação de Israel ocorreu em meio às disputas territoriais e aos interesses internacionais do pós-Segunda Guerra Mundial, marcando o início de um conflito prolongado na região.

Ao longo das décadas, a disputa foi marcada por guerras, ocupações e sucessivos ciclos de violência. Porém, em 7 de outubro de 2023, houve uma nova

escalada, quando o grupo Hamas realizou ataques coordenados contra Israel, deixando cerca de 1.200 mortos e mais de 200 pessoas sequestradas.

A resposta israelense inaugurou uma fase ainda mais intensa do conflito, com consequências devastadoras para a população civil da Faixa de Gaza. A ofensiva agravou uma crise humanitária já existente, ampliando a destruição, o número de mortos e deslocados e a repercussão internacional. O que acontece em Gaza é amplamente descrito por organizações humanitárias e especialistas como uma tragédia de enormes proporções e reconhecido por alguns estados como genocídio.

Nesse contexto, também cresceram os debates em torno do sionismo. Para muitos judeus, a identificação com o sionismo está associada à ideia de autodeterminação e à existência de um Estado judaico. No entanto, isso não significa apoio irrestrito às decisões políticas ou militares do governo israelense.

Assim como ocorre em qualquer sociedade, há diferentes correntes de pensamento, divergências e críticas internas sobre os rumos do país. Muitos judeus, inclusive dentro de Israel, se opõem a ações do governo e criticam a condução da guerra em Gaza, sem que isso anule sua identidade, sua relação com Israel ou sua visão sobre a importância de um Estado judaico.

## Aumento das manifestações de ódio

O crescimento das redes sociais ampliou a circulação de discursos de ódio em escala global. Após os ataques de outubro de 2023, episódios de antissemitismo cresceram de forma significativa em diversos países. Um levantamento da Anti Defamation League aponta que os incidentes antissemitas nos Estados Unidos cresceram mais de 360% imediatamente após os ataques, em comparação com o mesmo período anterior. Nesse ambiente, segundo Andréia Kogan, o problema se intensifica, já que “muita gente usa o conflito como justificativa para espalhar ódio”, frequentemente disfarçado de opinião política.

Na Europa, o cenário segue padrão semelhante. Dados da European Union Agency for Fundamental Rights indicam aumento expressivo de relatos de discriminação e violência contra judeus após outubro de 2023, com crescimentos que chegam a mais de 400% em alguns contextos nacionais. Especialistas apontam que algoritmos e bolhas digitais contribuem para a amplificação desse tipo de conteúdo, disfarçadamente, resumido à “apenas humor ou escolha partidária”.

Por Guilherme D’Aloisio, Juliana Hochman e Pedro Bairon

Desde o ataque terrorista à Israel realizado pelo Hamas, em 7 de outubro de 2023, o calendário das comunidades judaicas ao redor do mundo passou a ser medido por uma contagem dupla: primeiramente, a dos dias de angústia pelos reféns sequestrados e, logo após, a do salto estatístico de um antissemitismo que não distingue religião de Estado.

Apenas no Brasil, os incidentes de ódio relatados saltaram de 3,5 por mês para quase 87 casos de xenofobia e racismo contra as comunidades judaicas nos meses que se seguiram às intensificações do genocídio em Gaza, segundo a Federação Israelita do Rio de Janeiro. No mundo, o cenário se difere em cada país, mas, segundo estudos feitos pela universidade de Tel Aviv, “o antissemitismo aumentou drasticamente”.

O peso de um sobrenome tornou-se, para muitos, um alvo involuntário. No entanto, em meio ao luto e à hostilidade das ruas, emerge uma dissidência ética que se recusa a ser um bloco monolítico. São judeus que, em 2024 e 2025, passaram a ocupar praças e redes sociais para dizer que sua ancestralidade não é um salvo conduto para a barbárie. Para esse mosaico de vozes, ser fiel à memória do próprio povo exige, justamente, a coragem de não ser conivente com o massacre do outro.

## Antissemitismo, antissionismo e histórico de perseguição

O antissemitismo, o ódio contra judeus simplesmente por serem judeus, não é algo recente e aparece de diversas maneiras ao longo da história. No decorrer do século XX, ganhou força institucional com o regime nazista, que transformou a perseguição em política de Estado.

Em 1935, as Leis de Nuremberg retiraram direitos civis da população judaica, e,

# Ocupações em empresa do agronegócio mobilizam indígenas contra a privatização do rio Tapajós

Proposta aprovada em agosto de 2025 visava incluir hidrovias de rios amazônicos no Programa Nacional de Desestatização

Por Helena Barra, Luane França e Renata Bittar

Em janeiro deste ano, povos originários de toda a região do rio Tapajós, passaram a ocupar, sem previsão de recuo, instalações da empresa estadunidense “Cargill”, em Santarém (PA), em protesto contra a dragagem dos rios Tapajós, Tocantins-Araguaia e Madeira.

O projeto prometia entregar mais de 3 mil quilômetros de trechos navegáveis dos rios amazônicos à iniciativa privada. Diante dessa ameaça, as medidas de mobilização incluíram ocupações no porto da empresa, barqueatas e o fechamento do aeroporto local, com o objetivo de chamar à atenção do governo federal para as manifestações e derrubar o projeto.

Nory Kaiapó, gestor de educação escolar indígena, fez parte dos protestos e explicou que as manifestações já estavam sendo articuladas antes mesmo da última Conferência do Clima (COP 30). Em 2025 a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorreu em Belém, também no Pará. A COP é o maior evento global de defesa ao meio ambiente, reunindo líderes de diversos países, empresas e a sociedade civil.

Cerca de 1,2 mil pessoas participaram dos protestos contra a privatização. Os manifestantes afirmaram que a dragagem prevista no edital representa riscos ambientais, sociais e culturais. Também alegam que a proposta foi apresentada sem consulta livre, descumprindo a regra da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O movimento destacou o Rio Tapajós como vital para os povos indígenas, como Munduruku, Apiaká, Aripuni e Borari, por ser fonte de subsistência e base de sua cultura e espiritualidade.

## O que está por trás do projeto?

A Cargill é uma multinacional do agronegócio, sediada no Minnesota, nos Estados Unidos, com atuação no escoamento de grãos pelo rio Tapajós, em Santarém. Para os indígenas, a empresa simboliza um modelo de desenvolvimento associado à dragagem do rio e à ampliação da logística da soja na região.

A proposta foi aprovada no Decreto nº 12.600/2025, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), em agosto de 2025 e atendia aos interesses do agronegócio e de outros setores econômicos. O decreto visava incluir as hidrovias dos rios amazônicos no Programa Nacional de Desestatização (PND), uma medida que abria caminho para o uso privado de trechos dos rios.

## Direitos

O avanço da dragagem do rio afetaria diretamente os direitos territoriais dos povos indígenas da região. Ricardo Lopes, advogado ambiental e mestrando pela PUC-SP, afirma que o território indígena vai além da terra: “É algo vivo, que envolve todo o ecossistema que sustenta seus saberes físicos e espirituais”. O rio, embora seja um bem da União, carrega significado espiritual para os povos e é parte essencial de sua cosmovisão.

O Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) é um fator essencial para garantir direitos de povos tradicionais e deve ocorrer antes de qualquer decisão, com participação efetiva dos grupos afetados. O processo precisa ser livre de pressões, com informações acessíveis e respeito às formas de decisão de cada povo. Ele deve assegurar influência real nas decisões e expressar o direito à autodeterminação indígena.

Ricardo Lopes defende que, conforme divulgado, a consulta não seguiu as normas exigidas pela Convenção 169 da OIT. Isso pode gerar nulidade do ato administrativo que autorizou o empreendimento, já que viola a lei e a própria Constituição Federal.

## Impactos que vão além dos povos indígenas

Os impactos da dragagem também atingem o ecossistema amazônico e as práticas locais. Além de modificar as rotas históricas de deslocamento, Ricardo também explicou que a dragagem dos rios pode alterar o curso natural das águas, impactando a fauna aquática e a pesca, base de subsistência dessas comunidades.

Em meio a recursos e riquezas naturais, os direitos ambientais ainda são infringidos, ao passo que os povos indígenas buscam garantir proteção da integridade ecológica desses rios. Caso seja garantido o direito de concessão de uso real de seu território, o advogado afirma que “eles [povos indígenas] continuam tendo total prerrogativa sobre o uso tradicional e a proteção dessas águas”.

Além disso, a dragagem do Rio Tapajós traz impactos que vão além do meio ambiente, afetando diretamente a sociedade ao priorizar o escoamento de commodities para o agronegócio, sem garantir benefícios para as populações locais.

Esse projeto, associado à expansão da soja, intensifica o desmatamento e a transformação do uso do solo na região. Dados do MapBiomas mostram que a agropecuária na Amazônia cresceu 417% em 39 anos, enquanto a área agrícola avançou 4.647% entre 1985 e 2023, impulsionada principalmente pela soja, que ocupa mais de 80% das lavouras.

## Pressão indígena derruba decreto na Amazônia

A mobilização indígena pressionou o governo federal ao combinar impacto econômico, visibilidade pública e articulação política. Esse conjunto de ações aumentou o custo político da manutenção do decreto, gerando cansaço para o governo diante da opinião pública. Além disso, a continuidade dos protestos dificultou a sustentação da medida no cenário político e o governo decidiu revogar o decreto em fevereiro deste ano.

© Foto: MPF/PA



Publicado em agosto de 2025, o decreto presidencial é alvo de críticas de lideranças que o veem como tentativa de privatização do rio Tapajós

A revogação foi celebrada pelo movimento, mas também evidenciou as desigualdades nas disputas por território na Amazônia. O episódio expõe o confronto entre projetos de infraestrutura voltados ao agronegócio e à exportação de commodities e a defesa dos territórios, dos direitos e dos modos de vida indígenas.

Os rios, a biodiversidade local, os ciclos naturais e as dimensões culturais e espirituais estão profundamente associadas a esses espaços. A decisão do governo mostra que a mobilização foi essencial para garantir direitos e reforça que a Amazônia não pode ser tratada apenas como espaço econômico, mas como território de vida, cultura e resistência dos povos que ali vivem.

# “Ambevização” domina o carnaval de rua de São Paulo

Segundo pesquisador, os pequenos e médios cordões representam 90% dos foliões da cidade, enquanto megablocos estão entre 5% e 10%

Por Gustavo Tonini, Isabela Fabiana e Thaís de Matos

O Carnaval de 2026 sofreu uma queda expressiva nos investimentos da prefeitura do estado para a organização e estrutura dos blocos. De acordo com levantamento da *Folha de São Paulo*, foram aplicados R\$30,2 milhões por parte da gestão Ricardo Nunes – R\$12 milhões a menos do que em 2025. Porém, dessa verba, somente R\$2,5 milhões foram repassados diretamente para os blocos. Dos 600 cadastrados, apenas 100 receberam esse valor. Com isso, os foliões contemplados pelo poder público obtiveram R\$25 mil, mas, conforme Anderson Santos, líder do “Bloco do Chocolate”, só para ter um trio elétrico seriam necessários R\$30 mil.

Ademais, o investimento privado no Carnaval segue aumentando. Em coletiva de imprensa, o prefeito Ricardo Nunes afirmou que a fabricante de bebidas Ambev ampliou o seu montante no Carnaval em aproximadamente R\$30,2 milhões. Além de igualar a quantia da prefeitura, a empresa também ficou responsável pela estrutura dos blocos – como a instalação de banheiros e controle dos ambulantes. A Ambev passa a ser responsável não apenas pela estrutura dos megablocos, os quais organiza e financia diretamente, mas também por toda a infraestrutura dos cortejos de rua cadastrados na Prefeitura de São Paulo. Segundo Lira Alli, líder do bloco “Vai Quem Qué”, no único dia em que saiu às ruas com o cadastro da prefeitura, foi quando faltou banheiro.



©Charge: Rafael Pessoa

Carnavalescos dizem que valor cedido pelo governo é insuficiente para colocar som, carros, artistas e ambulâncias nas ruas; órgão cede apenas banheiros químicos e veículos da Companhia de Engenharia e Tráfego (CET)

Guilherme Varella, pesquisador de Carnaval e ex-secretário de políticas públicas do Governo Federal de São Paulo, afirma que historicamente os cordões de Carnaval se desenvolveram distantes do poder público. Enquanto a maioria dos blocos eram perseguidos pela polícia, a prefeitura mantinha os investimentos exclusivamente para o sambódromo e escolas de samba. O cenário começou a mudar a partir de 2013, durante a gestão de Fernando Haddad que, em meio à efervescência da pauta do direito à cidade, propunha uma folia mais acessível a todos. Assim, o carnaval de Rua foi descriminalizado e recebeu uma política pública para si.

Com a regulamentação pública desde 2013, o número de foliões em São Paulo passou a crescer exponencialmente, com mais de mil blocos a partir de 2020. Esse crescimento pôs de vez o carnaval de rua paulistano na agenda nacional. Ainda conforme Guilherme Varella, é com o início desse crescimento que os megablocos, ou os grandes shows de rua no meio da folia, começaram a tomar a festa.

“São Paulo é muito grande, tem muita gente, um público amplo, movimentação muito dinheiro, tem grande apelo midiático e, portanto, faz sentido criar empreendimentos de Carnaval que certamente vão ter retorno de imagem e lucro”. Com o seu crescimento, a festividade passa a ser vista como uma máquina de gerar dinheiro, não só para a prefeitura, mas para as empresas que atuam nele. Desse modo, se dá o processo que Guilherme chama de “Ambevização do carnaval de rua”, no qual empresas patrocinadoras tomam a festa para si e a direção vai ao próprio benefício. O ano de 2026 foi o auge desse processo, com a Ambev sendo responsável por toda a estrutura do carnaval de rua.

A popularização dos blocos de rua carrega tanto a cultura popular e os direitos do cidadão quanto o lucro esperado por empresas em conjunto com o poder público. Alberto Pereira Jr, jornalista e criador do bloco “Domingo Ela Não Vai”, fundado em 2016, revela a dificuldade de manter o festejo vivo atualmente.

A outra forma de obter verba é através de patrocínio, porém muitos cordões tradicionais não são agraciados, e sim os megablocos. “Esses milhões para trazer uma grande atração, como Calvin Harris, poderiam ajudar centenas de blocos tradicionais, periféricos e ainda os que são mais consolidados, mas também precisam de dinheiro para poder colocar o bloco na rua e fazer uma programação culturalmente recorrente em São Paulo”, completa Alberto. Em 2024, o “Domingo Ela Não Vai” não saiu por falta de patrocínio; naquele



© Foto: Alberto Pereira Jr.

O “Domingo Ela Não Vai” levou mais de 45 mil pessoas às ruas em seu primeiro ano de saída

ano o “Sargento Pimenta” também não foi às ruas, e o “Tarado Ni Você” teve dificuldade com verba, contudo desfilou.

Para os entrevistados, o crescimento dos megablocos ameaça a existência dos cordões tradicionais e a folia de rua pode, inclusive, voltar a ser coibida na cidade. “Se o carnaval de rua passar a ser manejado por um controle duplo entre capital e força, certamente vamos ter um retrocesso nessa dinâmica. O Carnaval nunca vai deixar de existir como expressão cultural, mas podemos ter um declínio muito grande com políticas públicas que protegem essa manifestação”, finaliza Guilherme. Alberto adiciona: “Nesse sentido, esses megablocos de empresas comprometem uma grande parte de blocos tradicionais e periféricos, porque o investimento é o mesmo. Se as marcas irão gastar tudo nesses eventos, dificilmente vão se interessar ou vão ter capital, mesmo que pequeno, para poder dar suporte complementar e apoiar demais iniciativas”.

Para mudar essa lógica econômica, que esvai a dimensão cultural do carnaval paulistano, com festas que representam as identidades locais, Guilherme sugere uma ação estatal que atenda à diversidade e especificidade desses carnavais. “Tem que ser uma política pública dialógica que escute os carnavalescos, os blocos e permita entender quais são as suas dinâmicas. Sem a Secretaria de Cultura e sem diálogo, a prefeitura se distancia e não entende qual é a real necessidade dos blocos. Por isso vemos uma situação como a deste ano, que tem a escassez de banheiros químicos, de serviço e exagero de repressão policial”, conclui.

# Após 140 anos, Basílica da Sagrada Família caminha para a conclusão

**A maior obra de Antonio Gaudí será concluída no centenário de sua morte**

Por Beatriz Paulino, Júlia Cabral Cury e Lucas Leal

A história da Sagrada Família começa em 1882, quando foi projetada inicialmente pelo arquiteto Francisco de Paula del Villar. No entanto, devido a divergências técnicas com os promotores do projeto acerca da execução das colunas, Villar renunciou à direção logo após a fase inicial das obras. Desse modo, Antonio Gaudí assumiu o projeto em 1883, deixando de lado a ideia neogótica original e expondo sua originalidade nos novos projetos voltados à natureza humana e espiritual. Com a morte de Gaudí em 1926 a tarefa de concluir a Basílica se tornou um projeto multigeracional.

Assim que assumiu a direção do projeto, Gaudí redesenhou a proposta monumental da igreja dedicada à Sagrada Família com uma perspectiva inédita para a época, idealizando uma estrutura que imitasse uma floresta, com colunas ramificadas como árvores. O arquiteto dedicou mais de 40 anos de sua vida à obra, com a ideia de criar um templo expiatório - uma igreja católica dedicada à reparação dos pecados da humanidade, que são financiados majoritariamente por doações.

A característica mais marcante da Sagrada Família é sua arquitetura única. Gaudí se inspirou em elementos da natureza que lembram formas orgânicas, nos quais cada detalhe da construção carrega significados simbólicos. Em 1936, durante a Guerra Civil Espanhola, a Sagrada Família foi incendiada e documentos da construção foram destruídos. Com o fim da Guerra, em 1939, Francesc de Paula Quintana, aluno de Gaudí, assumiu a gestão do local e deu continuidade à construção graças a plantas e fotografias recuperadas da oficina de seu mentor.

Em entrevista ao Contraponto, Christian Michael Seegere, arquiteto voltado à arquitetura sacra contemporânea, relata que considera a Basílica como uma das obras mais impressionantes já construídas, "Além das formas góticas, Gaudí buscou inspirações e referências da própria natureza. As estruturas feitas com formatos de troncos de árvores definiram a imponência da arte gótica com elementos presentes nesse universo".

A área interna da construção conta com três fachadas principais, cada uma representando uma fase da vida de Jesus Cristo. Entre elas, a fachada da Natividade se destaca por ter sido a única construída em vida por Gaudí, sendo, dessa forma, a mais antiga do projeto. Dedicada à

celebração do nascimento de Cristo, ela reúne esculturas detalhadas, cores vibrantes e elementos que marcam a vida, esperança e criação divina. Além disso, é nessa fachada que se encontram as três torres da Sagrada Família, conjunto considerado como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

Já a fachada da Paixão representa de forma dramática a crucificação e ressurreição de Jesus Cristo. As esculturas do artista Catalão Josep Maria Subirachs presentes na estrutura retratam os últimos dias do Filho de Deus na Terra, com detalhes que expressam o sofrimento, a angústia e, finalmente, a redenção. O exterior foi projetado virado à oeste, do lado do pô do sol, para simbolizar a morte e ressurreição.

Por fim, a fachada da Glória, a edificação principal e futura entrada da Basílica. Nela é representada a ascensão de Cristo, o Juízo final da história cristã e a glória celestial. A construção está em andamento e segue o projeto de Gaudí, com representações do céu, inferno e o caminho da humanidade em direção a Deus.

Mesmo com a beleza das fachadas, o real destaque da obra são as torres projetadas para o céu, as quais atribuem um visual único para a Basílica. Ao todo 18 torres foram projetadas, sendo a maior delas dedicada a Jesus Cristo. Após a conclusão, em fevereiro de 2026, o tamanho final da torre é de 172,5 metros de altura, ainda sim, é menor que o Monte Montjuïc, colina próxima a Barcelona com 184,8 metros. "A Criação de Deus não deve ser superada pela obra do homem; Por isso, o ponto mais alto do templo é um pouco mais baixo que o pico do Monte Montjuïc", explica Christian.

## Sobre Gaudí

Antoni Gaudí i Cornet nasceu em 25 de junho de 1852, na pequena cidade espanhola de Reus. Na época, a região da Catalunha passava por uma revolução industrial, pelo renascimento cultural catalão e o nascimento do nacionalismo político. Por ser filho de caldeireiro, o arquiteto foi influenciado desde cedo a desenvolver habilidades manuais e apreço pela natureza, o qual impactou o seu estilo orgânico e o uso de estruturas curvas em seus projetos, já que rejeitava a dureza das linhas retas.

Em 1878, Gaudí tornou-se arquiteto pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Barcelona, iniciando sua trajetória com composições renomadas no período em que trabalhou na obra do Parque da Cidadela e na construção da



Visão externa das torres e fachadas, inspirada em elementos da natureza

© Reprodução / Basílica de la Sagrada Família

capela do Mosteiro de Montserrat. Sua primeira grande obra foi a "Casa Vicens", construída entre 1883 e 1885, uma casa de veraneio em Barcelona. No entanto, seu reconhecimento veio com a edificação da "Sagrada Família".

A inovadora arquitetura da Basílica recebeu diversas críticas junto à descredibilização de seu projeto. George Orwell, autor de livros renomados como "A Revolução dos Bichos", afirmou, segundo a The Telegraph, que "a Sagrada Família é um dos prédios mais horrorosos do mundo". As formas incomuns projetadas por Gaudí provocam estranhamento na sociedade da época, acusando-o de excentricidade e excesso ornamental, efeitos que seguem visíveis nas fachadas sinuosas da Casa Milà, gerando surpresas e polêmicas.

As obras de Gaudí tiveram grande influência no movimento cultural catalão, como nos projetos residenciais, na inovação arquitetônica e nos ideais de urbanismo e paisagismo. Apesar de não ter sido compreendido por unir o gótico tradicional com o modernismo catalão, o arquiteto impactou diretamente e se tornou um fato cultural da região, refletindo em crenças e valores.

Aos 73 anos, ao atravessar a rua em Barcelona, Antoni Gaudí foi atropelado por um bonde em 7 de junho de 1926. Curiosamente, por ser um homem simples, as pessoas não o reconheceram imediatamente, confundindo-o com um morador de rua. Gaudí chegou a ser levado ao hospital, mas, três dias após o acidente, em 10 de junho de 1926, faleceu devido aos ferimentos. O sepultamento do arquiteto ocorreu na Cripta da Sagrada Família.

# Canetas emagrecedoras desafiam a fronteira entre tendência médica e fenômeno de consumo

**Influenciadores promovem soluções rápidas para emagrecer sem preocupação com a saúde de seus seguidores**

Por Beatriz Neves, João Barbosa, Lucas Peccin e Vinícius Zini

Os análogos de GLP-1, popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras, são medicamentos que têm como função fundamental reproduzir o hormônio intestinal responsável por controlar a saciedade. O composto atua primariamente como um regularizador do metabolismo no organismo humano, tendo grande impacto em controle de insulina e problemas cardiovasculares.

O tratamento com o uso do GLP-1 é indicado para pacientes com obesidade associada a comorbidades cardíacas e/ou diabetes tipo 2. Embora os medicamentos com esse composto tenham a mesma classificação e operem em uso semanal, existem algumas diferenças no funcionamento de cada um.

O Mounjaro, por exemplo, que ganhou notoriedade pelo efeito colateral expressivo em perda de peso, ativa os receptores dos hormônios GLP-1 e GIP, o que acelera a eficácia e rapidez na obtenção de resultados. Já o Ozempic, não possui essa característica: ele atua em apenas um receptor, e tem como base a semaglutida, componente que imita o GLP-1, sendo assim, seu efeito no processo de emagrecimento é mais lento.

Com a chegada mais recente ao mercado, tendo o comércio aprovado pela ANVISA apenas em 2023, o Mounjaro passou a chamar atenção não apenas pela rápida adesão, mas também pelos benefícios associados ao tratamento. Para a endocrinologista Rosane Resende, além de oferecer os resultados previamente citados, a caneta atua na melhora do quadro metabólico e pode reduzir o risco de complicações graves, como AVC, especialmente em pacientes diabéticos.

A perda de peso é outro fator associado ao uso. Em casos de obesidade, pacientes podem perder até 25% da massa corporal. A partir de 10% de redução, já há impacto na redução de possíveis comorbidades, o que reforça o potencial terapêutico do tratamento, principalmente considerando que obesidade e diabetes frequentemente aparecem associadas. Em entrevista ao **Contraponto**, Cinthia Majella, de 49 anos, relata os efeitos do uso do medicamento no próprio corpo: “fora os efeitos estéticos e o aumento da autoestima, eu tinha esteatose grau dois, emagreci e não tenho mais isso. A perda de peso tem benefícios reais para a saúde”. Segundo ela, a redução de gordura pode ter evitado o desenvolvimento de

outras doenças e adicionado alguns anos à expectativa de vida dela.

Apesar dos resultados positivos de alguns, o uso exige acompanhamento médico rigoroso. A definição da dose, a evolução do tratamento e as condições individuais de cada paciente precisam ser avaliadas por um profissional de saúde.

Cinthia alerta: “acho extremamente temeroso quem usa o Mounjaro sem acompanhamento médico, até porque existem doses específicas de uso”. Segundo a bula do medicamento, o uso sem orientação pode comprometer tanto a eficácia quanto a segurança do tratamento. O uso indiscriminado, portanto, pode transformar um tratamento eficaz em risco à saúde.

A popularização dos remédios entrou na lista de medicamentos essenciais produzida pela OMS (Organização Mundial da Saúde), a partir da atualização que ocorreu no dia 5 de setembro de 2025. Também passaram a integrar o grupo de medicamentos principais para o tratamento de pacientes obesos com comorbidades e pacientes com diabetes tipo 2, determinado pela Associação Americana de Diabetes (ADA), na atualização realizada em janeiro de 2026.

## Alta demanda expõe influência digital

As “canetas emagrecedoras” viraram febre no Brasil, impulsionadas pela alta divulgação do medicamento nas redes sociais onde influenciadores digitais utilizam a internet como palco para impulsionar o consumo e transformar um tratamento médico em tendência de mercado. Cinthia é uma das milhões de pessoas que conheceu a classe dos análogos de GLP-1 através de vídeos na internet. “Obviamente meu primeiro contato com o Mounjaro, foi nas redes sociais, mas nunca fiz o uso sem o acompanhamento médico.”

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento (MDIC), a demanda por esses tratamentos saltou 88% em apenas um ano. Em 2025, os gastos de compra desse medicamento totalizaram US\$1,669 bilhão, o que equivale a R\$8,647 bilhões.

Muitos influenciadores atuam como intermediários de credibilidade por possuem milhões de seguidores e conquistarem a confiança do público. Embora não tenham formação médica, a vivência pessoal e o famoso “funcionou comigo” é considerado pelos seguidores como evidência de eficácia.

Em março de 2026, o aplicativo de design Canva lançou uma parceria com um dos podcasts mais influentes do Brasil, o



Injeção de semaglutida, utilizada no tratamento de obesidade e diabetes tipo 2

Podpah. A propaganda visa divulgar as ferramentas de IA da plataforma, capaz de criar produtos e campanhas de publicidade. Os apresentadores do podcast, Igor Cavaliari e Thiago Marques, criaram no Canva uma caneta emagrecedora chamada “Podmanjar”.

Embora a campanha tenha como objetivo divulgar as ferramentas de IA da plataforma, indiretamente incentiva o uso das canetas sem a contrapartida de direcionar o público a um acompanhamento médico. A endocrinologista Rosane Resende afirma que a divulgação do medicamento em redes sociais por influencers, são perigosas: “O uso deve apenas ser feito para pessoas com necessidades de saúde e com acompanhamento médico”. Segundo a doutora Rosane, a utilização deve ser realizada em pacientes que possuem comorbidades, sendo necessário assistência de profissionais da saúde.

Outro caso envolvendo um podcast e divulgação dos análogos de GLP-1 ocorreu com a participação de Renato Cariani no podcast Poddelas. Em conversa com a apresentadora Tata Estaniecki, o influencer digital e fisiculturista brasileiro afirmou que “o Mounjaro é a droga mais segura que se criou para emagrecimento”. A declaração adota uma abordagem sobre os efeitos colaterais que diverge do consenso médico sobre o Mounjaro, ampliando a visibilidade do medicamento de modo inseguro ao movê-lo do ambiente clínico para o consumo. “O uso indevido a partir de fontes não-confiáveis é prejudicial à saúde, podendo causar efeitos colaterais sérios”, complementa a médica.

O uso indevido das canetas prejudica tanto os indivíduos quanto a sociedade, priorizando a estética em detrimento da saúde e limitando o acesso de quem realmente necessita.

## Entenda a vida útil das “modinhas”

**Algoritmos, consumo rápido e pressão social explicam por que as tendências têm durado cada vez menos**

Por Amanda Lemos e Malu Malaquias

N a era das redes sociais, as chamadas “modinhas” – tendências passageiras que surgem e desaparecem em questão de dias – têm se tornado cada vez mais efêmeras, especialmente entre jovens e adolescentes. Impulsionadas pelos algoritmos de plataformas como TikTok e Instagram, essas ondas se espalham de forma quase instantânea, alimentadas pela lógica do viral, pela busca por pertencimento e economia da atenção.

Diferentemente da moda tradicional, que segue as estações como primavera/verão e outono/inverno, as “modinhas” operam sob a lente do agora. Elas nascem de um vídeo ou de um post ou por meio de um influenciador, e rapidamente se multiplicam até desaparecerem com a mesma velocidade. Enquanto a moda carrega um significado cultural amplo e costuma durar meses ou anos, as tendências são essencialmente rápidas, replicáveis e descartáveis, reflexo de uma sociedade cada vez mais imediatista e ansiosa.

O algoritmo desempenha um papel central nesse processo, priorizando conteúdos que geram engajamento imediato, repetição visual e fácil reprodução. Quanto mais um item aparece no feed mais desejável ele se torna. A repetição constante transforma coincidência em padrão e padrão em desejo coletivo, é desse mecanismo que surge o fenômeno no qual “todo mundo utiliza as mesmas coisas”.

Em entrevista ao **Contraponto**, a psicóloga e sócia do podcast “Caz’ amigas” Niascara Cerqueira, diz que: “O algoritmo trabalha em cima da nossa ansiedade e do nosso desejo, seja de consumo, seja de pertencimento, o que cria um “cativo” emocional e social. A enxurrada de informações que o algoritmo traz, não abre para conhecer novas formas de pensamento, o que limita a capacidade,

principalmente do adolescente, de pensar em novas possibilidades de vida e em novas formas de se relacionar com pessoas e conhecer o mundo.”

A vida útil das modinhas reflete diretamente nos hábitos de consumo. A compra torna-se impulsiva, mais guiada pela pressão das redes do que por necessidade real. O ciclo é rápido: ver, desejar, adquirir, postar e abandonar. A durabilidade dos produtos diminui enquanto a frequência de consumo aumenta, moldando um comportamento cada vez mais imediato.

Atualmente observa-se o crescimento do *Fast Fashion*, modelo que encurta o caminho entre “tendência, produção e prateleira” para reagir a picos virais em tempo quase real. Com isso, marcas passaram a lançar novidades com alta frequência, estudos da NielsenIQ indicam que empresas como *Shein*, *Zara* e *H&M* operam sob um modelo de *real-time fashion*, baseado em fluxo contínuo de produtos e decisões guiadas por dados, em vez de coleções sazonais ou criatividade do estilista.

Para a especialista em relações-públicas de moda, Maria Laura Pereira, o algoritmo não cria tendências do zero, mas acelera e consolida estéticas que já existiam. “Quase sempre uma modinha viralizada nasce dentro do próprio universo da moda, seja nas passarelas ou em movimentos culturais. O que muda é que, quando isso começa a performar nas redes, o algoritmo potencializa essa estética de forma muito rápida e transforma algo nichado em uma trend massiva”, afirma em entrevista ao **Contraponto**.

Esse processo começa no monitoramento constante das redes sociais, a partir da análise de hashtags, sons e padrões visuais em alta. Esses sinais são convertidos em produtos por meio de coleções cápsula, estoques reduzidos e reposição rápida. Integradas ao *social commerce* – plataformas

como TikTokShop – e tornam a distância entre ver e comprar quase inexistente, estimulando o consumo imediato, reduzindo riscos comerciais e ampliando a pressão sobre cadeias produtivas e os impactos ambientais.

A Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP) alerta que sobreprodução e sobreconsumo são os principais motores do desperdício no setor. A indústria da moda gera cerca de 92 milhões de toneladas de resíduos têxteis por ano; a produção de roupas dobrou entre 2000 e 2015, enquanto o tempo de uso das peças diminuiu. Apesar de iniciativas de reciclagem, a taxa de reaproveitamento é baixa, e grande parte das roupas é descartada em países de baixa renda, gerando impactos sociais e ambientais.

Nas plataformas de recomendação, a vida útil das modinhas é curta porque a lógica do algoritmo acelera tanto seu surgimento quanto seu desaparecimento: uma estética ganha força pela repetição – mesma cor, mesma peça, mesmo som – mas rapidamente entra em saturação visual, perde o fator novidade e é substituída por outra variação.

Apesar disso, surgem movimentos de resistência a esse ciclo acelerado: o crescimento dos brechós e do mercado de segunda mão, que deve alcançar US\$ 367 bilhões até 2029, indica uma mudança de comportamento entre jovens que repetem looks como posicionamento, adotam o consumo consciente como identidade e transformam o brechó, o reparo e o reuso em escolhas estéticas e culturais.

“Ignorar o que acontece nas redes não é uma opção, mas responder só às trends torna tudo superficial e efêmero. O equilíbrio está em acompanhar essas tendências sem perder uma visão criativa própria, alinhada a valores e propósitos”, diz Maria Laura

Sob o controle do algoritmo, a moda tende a ciclos mais curtos e personalizados. Em vez de tendências duradouras, surgem microestéticas que duram dias ou semanas, restritas a bolhas específicas de usuários. No fim, a curta vida das modinhas revela mais do que consumo: expõe uma economia da atenção, em que moda, identidade e pertencimento disputam espaço com o mercado e o algoritmo. Entender esse ciclo é compreender como o olhar – humano e automatizado – passou a influenciar não apenas o que se veste, mas também como se consome e se constrói identidade.



© Foto: Malu Malaquias

Registro de roupas e acessórios usados por alunos da PUC-SP, captados no cotidiano do campus, revelando escolhas estéticas, cores e estilos que circulam entre os estudantes. As imagens destacam detalhes como calçados e bolsas, compondo um retrato espontâneo da moda universitária contemporânea

# “Hobbies de vó” voltam à moda e conquistam nova geração

*Crochê e tricô quebram estereótipos e viram tendência nas plataformas digitais*

Por Isabella Damião, Luiza Passos e Maria Clara Aoki

Em tempos de automação e estímulos constantes das telas, cresce um movimento na direção oposta que visa desacelerar por meio de práticas manuais que exigem concentração e estimulam a criatividade. A agulha e a linha, historicamente associadas aos mais velhos, saíram da gaveta e se tornaram protagonistas na geração mais jovem.

O interesse pelos produtos feitos à mão impulsiona pequenos empreendedores, que transformam a técnica em fonte de renda. Segundo dados publicados pelo Sebrae em 2024, o setor movimenta cerca de 3% do PIB brasileiro, o equivalente a R\$102 bilhões. Julia Dias, criadora da marca Rildy Crochê, que conta com aproximadamente 152 mil seguidores somados no Instagram e TikTok, é um exemplo disso: “A moda e as redes sociais tiveram um papel enorme nesse retorno do crochê. Quando uma pessoa famosa aparece usando crochê, aquilo viraliza muito rápido e aumenta bastante a procura”, afirma.

Para ela, o crescimento da técnica, praticada por muitos artesãos brasileiros, está ligado à valorização de peças únicas. Segundo o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB), mais de 250 mil artesãos estão cadastrados em 2026, abrangendo diferentes técnicas e estilos. Mais do que um passatempo, o crochê se transforma em linguagem por meio de peças e acessórios que carregam identidade em cada ponto. “O que antes era visto como algo antigo, hoje é visto como moderno e estiloso”, diz Julia.

Diferentemente de outros produtos têxteis, o crochê não pode ser reproduzido fielmente por máquinas, colocando artesãos como protagonistas de um mercado em crescimento. A valorização da mão de obra, porém, ainda é um desafio. Por exigir tempo e produção manual, o preço final tende a ser mais alto. “Se eu cobro muito barato, não cubro minha mão de obra”, explica a artesã Caroline Bigi, criadora da marca de crochê e moda autoral, Paz em Nós.

Enquanto isso, peças semelhantes produzidas em larga escala por máquinas chegam ao mercado com valores reduzidos e sem o mesmo processo artesanal. Caroline deixa claro que o trabalho manual deveria ser mais valorizado, já que “alguém que vai fazer à mão demorará 10, às vezes 20 vezes mais do que o tempo que a máquina levaria pra fazer”.

No entanto, a consolidação deste negócio depende diretamente do uso das

telas – justamente aquilo que os “hobbies de vó” visam combater. “É muito visível: quando eu posto mais, as vendas aumentam”, afirma Bigi. Segundo o Relatório de Tendências do Pinterest de 2024, o número de pesquisas por “bolsa de laço de crochê”, por exemplo, aumentou em 975% em apenas um ano, índice que se relaciona com o crescimento de produtos feitos à mão.

Nesse contexto, o trabalho do artesão passa a incluir a gestão de redes sociais, divulgação e criação de conteúdo – uma exigência que muitas vezes contrasta com a ideia de desaceleração associada aos interesses analógicos. “Às vezes, estar ativa nas redes demanda mais do que fazer a peça em si”, finaliza Bigi.

## Desacelerar em tempos digitais

As práticas manuais também podem trazer benefícios para a saúde mental. “A atividade analógica costuma exigir demora, paciência, ritmo, repetição, o oposto da lógica do digital”, diz Luciene Fogaça, mestrandia em psicologia clínica na Universidade de São Paulo (USP).

Esse contraste entre o digital e o manual também se relaciona com a percepção do tempo: enquanto o primeiro envolve estímulos rápidos e constantes, o segundo favorece uma relação mais expandida com o presente. Segundo Fogaça, o ambiente digital coloca o usuário em uma dimensão acelerada, marcada pelo inusitado e por interações que não exigem necessariamente um processo mental e criativo.

Os benefícios não param por aí: para além do motor e cognitivo, o feito à mão também contorna a ansiedade que é ativada pela imersão nas telas. O processo repetitivo de trançar no crochê ou no tricô desfaz os principais “nós” emocionais. Além de deixar o cérebro em estado de atenção e reflexão em uma mesma medida, a prática também impacta outras questões da vida, trazendo mais soluções criativas para o dia a dia.

Para Luciene, essas experiências também produzem efeitos que vão além do próprio fazer manual. “Isso tudo vai trabalhando com a nossa identidade, pois é um momento de tomar contato com o próprio corpo, com as próprias escolhas e com o jeito que você quer que as coisas sejam”, completa.

Esse movimento também carrega um aspecto simbólico: o resgate de práticas tradicionalmente associadas a outras gerações. Ao aprender ou consumir crochê, muitos jovens se reconectam com memórias familiares, saberes culturais e formas de criação transmitidas ao longo do

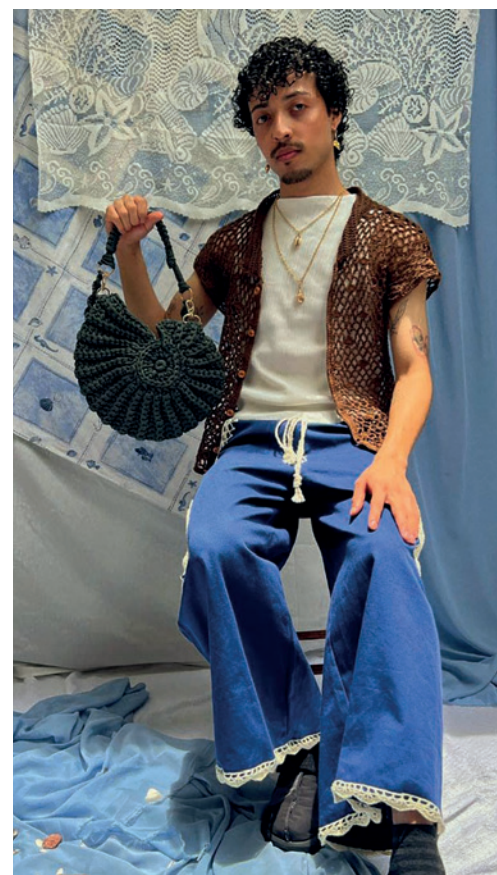
tempo. Como é o caso da própria Caroline Bigi, que aprendeu o crochê com sua avó Eliudes, fonte de inspiração para sua marca e contato com sua memória ancestral.

## Mais do que uma tendência

Há também a reinvenção dessa estética como forma de libertação e quebra de estereótipos. Artesãos contemporâneos procuram desafiar a ideia de que o crochê é uma prática exclusivamente feminina, explorando novas linguagens, referências urbanas e propostas mais próximas do cotidiano dos jovens.

Em um cenário de aceleração constante, o fazer manual surge como uma tentativa de recuperar o controle sobre o ritmo da vida. Entre pontos repetidos e processos lentos, constrói-se não apenas uma peça, mas também uma experiência com foco na presença e criação.

Mais do que uma tendência passageira, o crochê se consolida como símbolo desse movimento: um gesto simples, mas carregado de significado, que resiste à lógica da pressa e revaloriza o tempo de fazer. Para Luciene Fogaça, é justamente essa diferença que marca o contraste entre o digital e o manual. “A tela não promove isso. É o contrário: é uma mente que não cria”, finaliza.



Coleção “Casa de Minha Avó”, da marca Paz em Nós

# O gingado da alta-costura brasileira

Entre plumas, pedrarias e trabalho manual, os desfiles das escolas de samba seguem à margem do reconhecimento da moda internacional

Por Beatriz Manocchio, Chiara Abreu, Hudy Ferreira, Luana Marinho e Lucas Farias

Os figurinos das escolas de samba ocupam um lugar singular no universo da moda. Produzidos ao longo de meses, esses trajes transformam o corpo em suporte para uma composição visual complexa, elaboradas com rigor estético e forte apelo imagético. Embora estejam inseridas no contexto dos desfiles carnavalescos, essas peças mobilizam processos criativos e técnicos que, em muitos aspectos, dialogam com a lógica da alta-costura, especialmente pela valorização do trabalho manual, da exclusividade e do impacto visual das peças.

Assim como nos ateliês de grandes *maisons*, a construção desses figurinos envolve bordados feitos à mão, aplicações delicadas, modelagens elaboradas e o trabalho conjunto de diferentes profissionais especializados. Nos barracões e oficinas ligados às escolas de samba, costureiras, aderecistas e figurinistas dão forma a peças que combinam teatralidade e sofisticação técnica, criando roupas que muitas vezes se aproximam de objetos escultóricos. Não por acaso, a moda tem voltado cada vez mais o olhar para esse universo.

Um exemplo recente dessa aproximação ocorreu quando a atriz Juliana Paes, rainha de bateria da escola Unidos do Viradouro, desfilou com uma fantasia assinada pela grife italiana *Dolce & Gabbana*. Desenvolvida em colaboração com a escola, a peça foi confeccionada manualmente por artesãos da marca, com cristais e bordados feitos à mão. O figurino levou cerca de 250 horas para ficar pronto e foi pensado como uma espécie de jóia vestível, conceito recorrente nas criações da *maison* italiana.

Para o Ilustrador de Moda, Felipe Oliveira, a colaboração entre a grife italiana e a escola de samba repercutiu intensamente na comunidade de moda brasileira. Na avaliação dele, a *Dolce* compartilha a estética do brilho e da pedraria em seu DNA, porém, o ilustrador ressalta que “as fantasias têm certa relação com as criações da marca se considerarmos o aspecto de confecção, mas se formos ver pela questão cultural não faz muito sentido”. O mesmo ainda completa “qual a necessidade de atrair uma grife importada para mover uma cultura tão única e soberana?”.

Segundo a Federação da Alta Costura e Moda (FHCM), existe uma série de regras que devem ser seguidas para que uma marca possa ser considerada *Maison de Couture* (Casa de Costura). Entre elas, estão a apresentação de dois desfiles por ano, cada um com ao menos 25 looks feitos a mão e sob medida, além de um ateliê sediado em Paris, com no mínimo

20 funcionários. Mais do que estabelecer critérios técnicos, essas regras reforçam a centralidade histórica da capital francesa como epicentro da moda, deixando à margem produções e saberes que, embora igualmente sofisticados, permanecem fora desse circuito de legitimação.

Felipe acredita que o desfile brasileiro se aproxima sim, na questão conceitual das *Maisons*, mas a questão burocrática nos impede de possuir o título. “O Carnaval se assemelha muito a um processo de alta costura, com o trabalho artesanal, as pedras das fantasias que são colocadas uma a uma. O nosso trabalho não deixa nada a desejar em relação aos trabalhos das grandes casas”. Há também a diferença na questão mercantil. Enquanto as peças criadas na alta costura são, em sua maioria, feitas para a venda, os looks carnavalescos têm outro propósito, não é uma indústria para o consumidor final.

Essa diferença de finalidade talvez seja o principal ponto de distanciamento entre os dois universos. Na alta-costura a peça nasce como um produto de luxo destinado a um cliente específico e inserida em um mercado altamente restrito. No carnaval, por outro lado, a fantasia nasce como parte de uma narrativa coletiva, que está muito além da questão econômica. As peças criadas por aderecistas, artesãos e carnavalescos existem dentro de todos os componentes que tornam um desfile um espetáculo multicultural.

Além disso, o volume de produção é outra coisa que diferencia os dois universos. Uma escola de samba confecciona milhares de fantasias por ano, com o mesmo grau de dificuldade ou até maior que ateliês de criação de grifes internacionais. Apesar da complexidade técnica e do grande número de profissionais envolvidos, o trabalho realizado nos barracões ainda recebe pouco reconhecimento dentro da indústria da moda. Grande parte desses profissionais possui conhecimento técnico avançado em costura, modelagem e construção de figurino, mas raramente é reconhecido como parte do sistema formal de moda.

Porém, as intersecções entre os dois mundos realçam e tem atraído a atenção de muitos estilistas. Segundo reportagem da revista *Harper's Bazaar Brasil*, os sambódromos passaram a ser vistos como uma espécie de passarela alternativa, onde tendências visuais, materiais e conceitos estéticos são testados em grande escala antes mesmo de chegarem às coleções comerciais. A matéria ainda destaca que elementos como pedrarias, plumas, transparências, metais, e grandes

volumes transitam com frequência entre o carnaval e a moda, aparecendo em desfiles, editoriais e figurinos de shows.

Essa relação ajuda a explicar o interesse crescente de marcas e estilistas internacionais pelo carnaval brasileiro. A parceria entre a grife italiana *Dolce & Gabbana* e a escola Unidos do Viradouro, por exemplo, foi lida por alguns segmentos do mundo da moda como um gesto simbólico que aproxima o desfile das escolas de samba do circuito internacional da moda e do luxo.



© Woody Henrique/Liga-SP

Desfile oficial da Império de Casa Verde pelo Grupo Especial de São Paulo

Por outro lado, essa aproximação também reacendeu um debate recorrente sobre valorização e reconhecimento dentro do próprio Carnaval brasileiro. Todos os anos, carnavalescos, aderecistas, costureiras, escultores e artesãos produzem milhares de figurinos e alegorias com alto nível técnico e artístico, mas raramente recebem visibilidade fora do universo carnavalesco.

Exemplos recentes mostram como essa valorização ainda é desigual. O estilista brasileiro Padduan, por exemplo, desenvolveu uma colaboração com a escola de samba Acadêmicos do Tucuruvi, campeã do grupo de acesso do Carnaval de São Paulo, mas a parceria teve pouca repercussão fora do ambiente carnavalesco.

A diferença de visibilidade em relação a colaborações com marcas internacionais evidencia que o debate sobre moda e Carnaval não envolve apenas estética ou produção artesanal, mas também reconhecimento simbólico e cultural, afinal o trabalho desenvolvido nos barracões brasileiros há décadas apresenta um grau de complexidade técnica e criativa comparável à de muitos ateliês de moda, ainda que sem o mesmo prestígio internacional.

# Através de um elenco autêntico, “O Agente Secreto” retrata a diversidade do Brasil

Atores do longa relatam ao CP detalhes da direção que rendeu recorde de indicações de um filme nacional no Oscar

Por Amanda Campos, Isabelle Muniz, Maria Mielli, Martim Tarifa e Pedro José Zolési

O filme “O Agente Secreto”, do diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho, lançado em 2025, conquistou não só o povo brasileiro, mas também, os holofotes internacionais. O longa foi indicado em quatro categorias do Oscar 2026, sendo elas: Melhor Filme Internacional, Melhor Ator, Melhor Filme e Melhor Direção de Elenco. A categoria Best Casting (Melhor Elenco) marcou sua estreia na 98.ª edição da premiação, se tornando um dos destaques da noite por ser uma adição inédita da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas, após mais de 20 anos. O Brasil concorreu ao lado de grandes nomes de Hollywood como Francine Maisler por “Pecadores” e, a premiada da noite, Cassandra Kulukundis por “Uma Batalha Após a Outra”. Apesar de não ter levado a estatueta, o filme brasileiro já entrou para a história do cinema mundial.

Um dos responsáveis por este feito é o diretor de elenco Gabriel Domingues, formado em cinema pela UFRJ. Para o ator Carlos Francisco, que interpreta o Sr. Alexandre, o que o elenco tem de mais especial é a diversidade. “Você tem, primeiro, vários sotaques, tem gente de vários estados, de Recife, têm de Minas, tem do Rio, têm de São Paulo, tem de vários lugares. E, ao mesmo tempo, você tem pessoas de vários tipos, de várias cores, de vários tons, de várias etnias e isso é muito rico, é um pouco a cara do Brasil. Então, eu acho que esse elenco, de alguma maneira, reflete bem a população brasileira, essa diversidade brasileira. Eu acho que é isso que tem de especial”, afirmou em entrevista exclusiva ao **Contraponto**.



Carlos Francisco no tapete vermelho do Oscar

A atriz Laura Lufési, que interpreta Flávia, afirmou, também em entrevista ao **CP**, que essa pluralidade marcante do elenco foi o que chamou a atenção do

público internacional. “Mostra muito bem como é o Brasil, eu acho que a gente tem grandes atores, atores muito famosos como Wagner, Maria Fernanda, mas a gente também tem grandes revelações, pessoas que estavam fazendo seu primeiro filme ou que não eram conhecidas do grande público. E eu acho que isso mostra um grande trabalho de casting. Pessoas que a gente não está acostumado a ver no cinema ou na TV, como Dona Tânia, por exemplo. Pessoas que já têm uma carreira de teatro enorme, mas estão no primeiro grande destaque, Robério Diógenes; Carlos Francisco, que tem uma carreira imensa no teatro e no cinema e eu que estava fazendo meu primeiro longa, então acho que tudo isso”, declarou.



Atriz Laura Lufési no tapete vermelho do Oscar

Em entrevista ao **CP**, o ator Luciano Chirulli, que interpreta o empresário Henrique Ghirotti no filme, afirmou ter feito um relato inédito durante a entrevista. Chirulli não havia passado no teste para o papel em “O Agente Secreto”, mas quando as gravações já estavam em andamento, ele recebeu durante a noite uma ligação urgente da produção. As passagens já estavam compradas e na manhã seguinte, ele estaria no set de filmagem em Recife. Segundo o Luciano, o elenco já estava reunido a mais de 10 dias antes das gravações, inclusive o outro ator que antes interpretaria Ghirotti, participou de todo esse processo junto com todo elenco do filme. Então, sem uma preparação específica da equipe do longa, ele nos conta que sua experiência no teatro e as relações com o diretor e os atores que contratou, foram as verdadeiras preparações.

Chirulli definiu o diretor Kleber Mendonça Filho como um maestro. Segundo ele, uma única cena, chegou a durar mais de 4 horas para ser finalizada: “o prazer



Luciano Chirulli, como Henrique Ghirotti em ‘O Agente Secreto’

de Kleber é gravar várias versões da mesma cena, para depois ver qual é a que ele quer.” O ator destaca que apesar de passar o máximo de instruções possíveis, inclusive até provocações sussurradas no ouvido, o diretor dá liberdade para o ator. “Eu percebi que ele sabe o que quer, mas assim mesmo, ele não quer que você faça exatamente o que ele quer. Ele vai te estimulando para você pegar a ideia, mas depois te dá liberdade.” Luciano completou que diferente de outros diretores, Kleber não é limitado a seus próprios pensamentos, apesar de ser diretor e roteirista, ele não se apega nisso e confia nos atores que escolheu para dar vida às personagens.

Se há um elemento central para compreender o destaque de “O Agente Secreto” no Oscar 2026, especialmente em uma categoria voltada ao trabalho coletivo de elenco, ele está no rigor técnico que sustenta a aparente naturalidade das atuações. Para Carlos Francisco, essa fluidez vista em cena está longe de ser espontânea: ela é construída a partir de um processo detalhado, que envolve ensaio, escuta e um acompanhamento contínuo de todas as áreas criativas do filme. O ator explica que o método de trabalho conduzido por Kleber Mendonça Filho parte de uma preparação minuciosa, em que cada cena é debatida, testada e refinada antes e durante as filmagens. “A gente ensaia, conversa bastante sobre a cena e, na hora de filmar, vai ajustando conforme vai fazendo”, afirma. Esse processo não se limita à direção: há uma articulação precisa entre preparação de elenco, figurino e direção de arte, que constroem, em conjunto, as condições necessárias para que a performance alcance sua melhor versão.

Ainda assim, Francisco destaca que esse nível de controle não engessa o ator, ao contrário, exige dele um estado constante de atenção e abertura. Segundo ele, o maior desafio está justamente em

sustentar a integridade do personagem enquanto se responde, em tempo real, às demandas da cena. “É estar com os ouvidos abertos, atento ao que está acontecendo, para conseguir fazer o melhor possível naquele momento”, explica. A precisão, portanto, não está em repetir uma ideia fixa, mas em saber ajustar a interpretação a partir do que emerge no encontro entre direção, cena e elenco.

Esse modelo de trabalho ganha ainda mais força quando inserido na composição do elenco, um dos aspectos mais destacados pelo ator. Ao reunir profissionais com trajetórias muito distintas, de nomes consolidados no teatro e no cinema a artistas em início de carreira, o filme constrói uma dinâmica de troca que se reflete diretamente na tela. Para Francisco, essa diversidade não é apenas estética, mas estrutural: “É um elenco com vários sotaques, várias origens, várias cores, várias experiências. Isso é muito rico e, de alguma forma, reflete o Brasil”. A convivência entre diferentes níveis de experiência contribui para uma atuação mais orgânica, menos hierarquizada e mais aberta ao inesperado.

Nesse contexto, a indicação ao Oscar em uma categoria voltada ao elenco surge como consequência de um processo que privilegia o coletivo. Ainda que o filme não tenha levado a estatueta, Francisco relativiza a lógica da premiação ao destacar outro tipo de reconhecimento, mais difuso, mas igualmente significativo. O envolvimento do público brasileiro com o longa revela uma dimensão que ultrapassa qualquer chancela institucional. “O maior prêmio foi o carinho do público, que se organizou em torno do filme, que se apropriou da história como algo seu, com orgulho”, afirma.

Todo o contexto de “O Agente Secreto” traz uma reflexão sobre os efeitos da pressão política, resultado da ditadura militar, e como esse período passado afeta a nossa sociedade. O filme constrói uma narrativa tensa, que acompanha um protagonista que está em constante fuga de ameaças e é altamente atormentado por seu passado. Wagner Moura interpreta um personagem cercado por traumas invisíveis, com uma atuação marcada pela sutileza na expressão das emoções: olhares desconfiados, silêncios longos e profundos e uma economia de gestos que revela grande intensidade interna.

O longa se aprofunda para além de uma denúncia política e traz temas como memória coletiva e identidade. A obra exige uma interpretação atenta, mantendo um ritmo mais lento mas se destacando justamente pelas possibilidades de entendimento e da participação ativa da audiência, dessa forma, o público tende a refletir e questionar. A narrativa fragmentada evita respostas óbvias e convida à reconstrução da memória coletiva, sugerindo que

uma sociedade que não enfrenta criticamente seu passado corre o risco de reproduzir, ainda que de forma disfarçada, as mesmas estruturas de opressão.

O intérprete do Sr. Alexandre na trama, em entrevista ao **Contraponto**, afirmou que é necessário olhar para o nosso passado para construir o nosso futuro, e reforça que, com as eleições deste ano, é dever do brasileiro votar com consciência das contribuições reais de um candidato e não com base somente em seu discurso, “A gente tem que pensar nisso, sabe? E tirar do cenário esses caras que são oportunistas e que estão preocupados apenas com seus próprios interesses. Temos que começar a pensar coletivamente no Brasil”, expressa. Ele sugere que é responsabilidade do brasileiro pensar coletivamente e corrobora a ideia do filme “acho que o filme nos deixa claro essa questão assim, vamos olhar para o futuro, não vamos repetir o passado, porquê o passado não foi bacana.”. Outro ponto a se destacar é como o filme indica que o silêncio da sociedade pode ser tão danoso quanto a repressão em si. A trama retrata personagens que evitam encarar a realidade, e a história expõe uma cultura de omissão que mantém as injustiças. Nesse cenário, a obra propõe uma reflexão acerca da responsabilidade da sociedade, indicando que a transformação social demanda não apenas memória, mas também um engajamento ativo em relação às estruturas legadas.

Em sua filmografia recente, Kléber Mendonça Filho aprimorou uma proposta artística e política que se distancia de representações comuns do Brasil. Em filmes antigos e atuais, ele investe em histórias que abordam memória, identidade e conflito social a partir de diversas camadas.

Ao invés de utilizar padrões simples ou um estilo convencional, a obra do diretor se estrutura por meio de ambiguidades narrativas e de uma criação de personagens que fogem do certo e errado. Esse processo já vinha de produções passadas, como “Aquarius” e “Bacurau”, cujos roteiros eram rodeados por temas de classe, memória, pertencimento e política, sem respostas simplistas, desafiando continuamente as expectativas do público. Mas em “O Agente Secreto” isso se torna mais radical. Por ser construído por uma estrutura fragmentada e ritmo intencionalmente mais lento, a participação ativa do público é mais necessária, rejeitando explicações óbvias e enfatizando que entender o Brasil requer enfrentar suas áreas de silêncio e esquecimento.

A direção de elenco se destaca como uma das principais formas para escapar do óbvio. A opção de incluir atores de diversas regiões, como nordestinos, mineiros, paulistas, vai além de uma simples preocupação representativa, ela consolida a veracidade da obra. A diversidade de personalidades, jornadas e sotaques cria uma camada social que desafia a herança de um cinema nacional que geralmente se concentra em eixos geográficos limitados ou em performances padronizadas.

Nesse contexto, o conceito de um “Brasil real” não é visto como uma tentativa de retratar a realidade de forma precisa, mas como uma criação estética que admite a complexidade e as contradições do país. A combinação de corpos, vozes e vivências em cena cria uma representação do Brasil que não é abrangente, mas sim fragmentada e diversa. Isso a torna mais fiel às tensões que moldam a vida social brasileira.

© Foto: Reprodução/Internet



Bastidores das filmagens do filme ‘O Agente Secreto’ compartilhado por Kleber Mendonça Filho

# Caso de racismo no BAFTA revela sistema excludente das premiações

BBC transmite tique de participante com Tourette e levanta debates sobre a indústria audiovisual

Por Maria Olívia Almeida e Olívia De Melo

Durante a 79ª edição do *British Academy of Film and Television Arts* (BAFTA), os atores Michael B. Jordan e Delroy Lindo, estrelas do filme *Pecadores* (2025), dirigido por Ryan Coogler, foram alvos de palavras de cunho racista emitidas involuntariamente pelo ativista escocês John Davidson. Davidson é diagnosticado com a síndrome de Tourette, uma condição que, em seu caso específico, manifesta-se através de tiques vocais incontroláveis.

O evento, realizado em Londres, foi transmitido com um atraso de duas horas justamente para possibilitar edições de segurança. No entanto, o trecho problemático foi exibido na íntegra pela BBC e permaneceu disponível nas plataformas de *streaming* até a manhã do dia seguinte. O conteúdo só foi removido após uma intensa onda de críticas vinda de espectadores, artistas e movimentos sociais, que apontaram a negligência da emissora.



John Davidson, ativista da Síndrome de Tourette, no BAFTA

A permanência do vídeo no ar por tanto tempo levantou questionamentos severos sobre os protocolos de revisão e a responsabilidade social da emissora pública britânica. Especialistas apontam que a falha não foi apenas técnica, mas editorial, revelando uma lacuna na sensibilidade da equipe de monitoramento diante de ofensas raciais expostas em rede nacional.

## A compreensão da síndrome de Tourette

A síndrome de Tourette é uma condição neurológica caracterizada por tiques motores e vocais involuntários. No caso de Davidson, há a presença da coprolalia, uma



© Reprodução/Getty Images

Michael B. Jordan e Delroy Lindo durante o BAFTA

manifestação rara que envolve a emissão de palavras ou termos obscenos de forma incontrolável. O ativista reforçou publicamente que seus tiques não refletem suas opiniões, valores ou crenças pessoais.

Segundo Davidson, o trecho exibido não foi o único episódio de tique durante a cerimônia, mas foi o único que a edição deixou passar. Essa exposição seletiva gerou um dano duplo: além de ferir a comunidade negra e os atores envolvidos, contribuiu diretamente para a estigmatização de pessoas que convivem com a síndrome, reforçando preconceitos sobre a condição neurológica.

Inclusive, o ativista estava presente na cerimônia para prestigiar as indicações do filme *"I swear"* (2026) baseado em sua vida. O filme retrata suas experiências na adolescência e início da idade adulta nos anos 80, destacando os desafios e o estigma da condição. É estrelado por Robert Aramayo, que ganhou o BAFTA de Melhor Ator em Papel Principal por sua interpretação de John Davidson.

## Reações e desdobramentos institucionais

O ator Delroy Lindo manifestou-se publicamente agradecendo o apoio recebido, mas lamentou a ausência de suporte institucional por parte da organização do BAFTA. Segundo Lindo, não houve qualquer contato oficial para oferecer acolhimento a ele ou a Michael B. Jordan após o incidente. A falta de resposta imediata culminou na renúncia do cineasta Jonte Richardson de seu cargo no júri de talentos emergentes da instituição.

Richardson classificou a condução do caso como "imperdoável" e afirmou que não deseja colaborar com uma instituição que falha repetidamente com a comunidade negra. Em resposta à pressão, o BAFTA e a BBC emitiram comunicados pedindo

desculpas e reconhecendo o impacto causado. Tim Davie, então diretor-geral da BBC, classificou o episódio como um "erro genuíno", fruto de uma falha de comunicação interna sobre o que havia sido editado. Davie anunciou sua saída do cargo pouco tempo depois.

## O racismo estrutural na indústria

O caso evidencia que o problema não se restringe a uma falha de transmissão, mas está inserido em uma lógica histórica de exclusão. Em entrevista ao *Contraponto*, a cineasta e pesquisadora Lilian Solá afirma que as premiações funcionam como mecanismos de validação cultural, conferindo um "selo de qualidade" que muitas vezes é negado a produções de grupos minorizados. Para Solá, festivais europeus tendem a ser espaços elitizados que impõem barreiras sociais e linguísticas a artistas racializados.

Esse padrão de exclusão é recorrente. Em 2020, a *hashtag* #BAFTASoWhite ganhou força após a ausência de atores negros nas principais categorias da premiação britânica. No Oscar, a situação é similar: em 2026, Michael B. Jordan tornou-se apenas o sexto homem negro a vencer na categoria de Melhor Ator em quase um século de história. Dados indicam que, embora a Academia tenha prometido diversidade após o movimento #OscarsSoWhite em 2016, 78% de seus votantes ainda eram brancos em 2025.

Lilian Solá conclui que essa realidade se estende ao cenário brasileiro, onde artistas enfrentam dificuldades para inserção internacional por serem vistos como "exóticos" ou externos ao eixo central do cinema. "Nós não participamos dessa festa", conclui a pesquisadora, evidenciando que as grandes premiações ainda estão distantes de contemplar a verdadeira diversidade das produções globais.

# O fenômeno interiorano: recém-chegados ganham popularidade entre jovens com seu som

Novas bandas do interior paulista impulsionam o crescimento do subgênero que combina sonoridade brasileira com estética melancólica

Por Anna Sofia Carsughi, Olivia Ferreira e Sofia Morelli

Nas últimas décadas, a cena musical indie em São Paulo se consolidou como um dos maiores polos criativos do Brasil. A cidade reúne artistas e oferece oportunidades nas diversas casas de shows independentes espalhadas por todo o território paulistano, o que impulsiona o surgimento de projetos autorais de bandas como Besouro Mulher, Terno Rei, Pelados, entre muitas outras que transitam entre indie rock, punk, pós-punk e shoegaze, sempre apoiadas em influências da música brasileira.

Essa cena indie transborda cada vez mais para o interior paulista. O fenômeno permite que bandas interioranas utilizem a capital como um palco fértil para explorar esse ecossistema, impulsionar seu crescimento e formar de diferentes bandas que viajam entre diferentes gêneros. Atualmente, o crescimento dessas bandas é exponencial, e muitas delas já se identificam com o chamado “emo caipira”.

## Midwest Emo e sua tradução

No fim dos anos 90, uma melancolia tomou conta do cenário Meio-Oeste americano, o que culminou em um novo gênero musical conhecido como “MidWest Emo”. Esse estilo se caracteriza pela vulnerabilidade do Indie Rock, e na maioria das vezes, nichado e pautado na angústia e incerteza da vida cotidiana do jovem, que encontra, nos ensaios em porões e fundos de garagem, uma forma de liberar e evocar seu legado da juventude. Ele nasce como uma representação verdadeira e honesta do que é ser jovem, e de toda a fragilidade emocional que se envolve nesse processo.

O movimento “emo caipira” surge quase como uma tradução do gênero norte-americano *Midwest Emo*, mas ganhou força principalmente no contexto da pandemia do coronavírus, período de grande reclusão social. É nesse momento do pós-pandemia que várias bandas passam a se inserir nesse estilo, após a introspecção e ruptura vivenciada pelo vírus. Assim, o emo caipira nasceu ao misturar fenômenos do *Midwest Emo* com as experiências regionais dos jovens, sempre em um cenário marcado pelo Indie.

Se a música Indie é caracterizada principalmente pela autenticidade, nada melhor do que casas de show para se criar sonoridades alternativas e originais. É esse o caso da “Hup”, localizada em Americana, no interior de São Paulo. Se por um lado um lugar como esse possibilita uma sociabilidade entre os jovens por meio da

música, por outro, fornece uma chance de crescimento profissional e musical. É uma oportunidade de tornar realidade o cenário emo caipira, enraizado no Indie e pautado nas experiências regionais de jovens introspectivos. As casas de show, nesse contexto, se tornam palcos essenciais e indispensáveis para o fazer música atual.

## O fenômeno interiorano

No coração desse epicentro interiorano, a banda Jonabug desperta sentimentos dos fãs com músicas que traduzem o fenômeno descrito. Ainda no ano de 2025, a banda lançou seu primeiro álbum, “Três tigres tristes”, no qual a personalidade única do grupo transparece.

Formado em 2021, na cidade de Marília, no interior de São Paulo, o grupo é composto por quatro integrantes: Marília Jonas (vocal e guitarra), Dennis Felipe (baixo), Samuel Berardo (bateria) e Thales Leite (guitarra), em que o destaque principal é a voz que brinca entre a melancólica e a força: “Principalmente depois da pandemia, as pessoas se tornaram mais introspectivas, eu mesma falando; só quero tocar minha música e ficar na minha, e acho que muitas pessoas se identificam nisso”, expressou a vocalista.

O crescimento e a influência de Jonabug os levou ao *line up* de um dos maiores festivais de música do mundo, o Lollapalooza 2026. No domingo (22), o grupo se apresentou no evento realizado anualmente em São Paulo: “É uma baita responsabilidade. Uma oportunidade também de expandir sonoramente e profissionalmente na carreira da banda”, disse Marília.

O baixista Leonardo, da banda Império Contra-Ataca!, comentou os impactos da Jonabug no cenário indie brasileiro: “Todo mundo no meio da música precisa se ver jogando o mesmo jogo. A Jonabug crescendo e indo para o Lollapalooza é algo que beneficia todos, é muito inspirador pra gente”.

Império Contra-Ataca! é outra banda do movimento interiorano “emo caipira”. O quarteto é formado por Joabe Soares (vocal e violão), Leonardo Hochmuller (baixista), Breno Augustini (guitarra) e Caio Moreno (bateria). Joabe, o vocalista, diz que esse estilo musical está concentrado no interior de São Paulo, porque a pandemia intensificou esse fenômeno: “Muita gente criou essa necessidade de voltar e ouvir coisas reais, essa melancolia pós-pandêmica gerou nas pessoas uma grande sensibilidade artística”.

Outra representante e pioneira dessa cena é a *Chococorn and the Sugarcanes*. A banda foi criada em 2021, em uma simples festa de Halloween entre os amigos: Alexandre Luz (bateria), Filipe Bacchin

(guitarra base), Pedro Guerreiro (guitarra solo) e Pietro Sartori (baixo). O diferencial da banda mora na vocalidade do grupo. “A gente se identifica muito como uma banda pós-pandêmica, e sentimos que a cena desenvolvida agora é desse contexto. Sempre há melancolia para os jovens, e o isolamento também”, diz o guitarrista solo.

“O ciclo social de uma vida interiorana são bem menores, então acho que as crônicas e histórias são mais bonitas. Na música, tem uma honra às raízes brasileiras”, revelou Luz.

O campo do “emo caipira” cresce a cada dia com bandas que despertam sentimentos por meio da musicalidade, criada por artistas que desenvolveram grande parte de suas vidas no interior dos centros urbanos.

Algumas bandas paulistas dessa nova cena são: Viúva Fantasma, Paralelo ao Fim e Eliminadorzinho. Já bandas dentro da esfera do rock alternativo, mas que estão fora de São Paulo são: Cidade Dormitório (Sergipe), Juia (Paraná) e Sorosoro (Santa Catarina).

Ao unir a estética emocional do *Midwest Emo* com elementos da cultura brasileira, o movimento não apenas amplia os horizontes da música indie nacional, mas também reafirma a importância da música como forma artística sensível.



Chococorn and the sugarcanes em uma apresentação em março



Thales Leite (Jonabug) e Joabe Soares (Império Contra-ataca) na casa de show, Hup, em Americana Sp

© Foto: Olivia Ferreira

© Foto: Sofia Morelli Cordeiro

# Teatro Oficina faz do palco espaço de política e experimentação

*Da dramaturgia tradicional à cenas coletivas, a companhia fundada por Zé Celso transformou o local em um ambiente de conexão e intervenção social*

© Foto: Manoella Marinho



Calçada em frente ao prédio da Companhia Teatro Oficina, Bexiga centro de SP

Por Carolina Nader, Davi Madi e Manoella Marinho

Desde o fim dos anos 50, a Companhia Teatro Oficina revolucionou a cena brasileira ao abolir a separação entre palco e plateia e transformar a encenação em experiência coletiva e política. Sob a liderança de Zé Celso Martinez Corrêa, suas montagens romperam padrões estéticos, provocaram debates sociais e consolidaram o teatro como instrumento de resistência cultural. Hoje, mesmo após a morte de seu fundador, a companhia segue reinventando-se, mantendo vivo o compromisso com a inovação cênica.

Fundada em 1958, no bairro do Bixiga, em São Paulo, através de encontros de artistas da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (USP), a Companhia Teatro Oficina surge como um grupo de teatro que rompe com pensamentos tradicionais do fazer teatral.

Situados no Teatro Oficina Uzya Uzona, a Companhia dispõe de um palco em corredor vertical longo e a plateia é dividida em duas arquibancadas que se defrontam e separam os espectadores em diferentes elevações. Usado desde a década de 60, este modelo de “palco-sanduíche” rompe com o tradicional palco italiano e propunha encenações de maior imersão entre público e peça.

Os atores aproveitam desta proximidade para interagir com o espectador, transformando as performances em exercícios de coletividade e participação ativa da plateia. Em entrevista ao **Jornal Contraponto**, o diretor, ator e companheiro de Zé Celso, Marcelo Drummond, contou sobre a ressignificação da relação

espectador e peça. “Aboliram completamente palco e público. Era uma coisa completamente misturada, e plateia fazendo cena junto”, afirmou.

Os ideais teatrais propostos pelo Oficina logo ganharam forte teor político com o golpe militar de 1964, quando as montagens se tornaram ainda mais carregadas de debates sociais. Para eles, o teatro se tornou espaço de intervenção social e resistência cultural, o que acarretou na perseguição de vários membros do grupo e até na invasão de forças militares durante a performance de “Roda-Viva”, em 1968.

Mesmo enfrentando forte repressão ao decorrer de sua história, até se desfazendo graças a crises internas durante a década de 1970, e ressurgindo pouco tempo depois, o grupo nunca abandonou seu caráter político. Seu impacto na cultura da América-Latina e participação em movimentos artísticos históricos colocam o trabalho da companhia como cânone na prática de arte como resistência.

## Zé Celso e seu legado

Falar de José Celso Martinez Corrêa é atravessar uma forma de pensamento que construiu um embate com linguagem, política e o próprio tempo histórico. Desde o final dos anos 50, sua encenação já apontava um rompimento profundo com o realismo que dominava a cena. Ao assumir direções, ele não apenas ressignifica os textos, mas inaugura uma linguagem que tensiona o grotesco, o musical, e o político em uma mesma pulsação. Há uma recusa ao “bom gosto” da burguesia e a neutralidade estética. O palco se abre para excessos, de corpo e principalmente de carnavalização crítica.

O que Zé faz é operar uma síntese, em que o teatro pensa e sente ao mesmo tempo que provoca o intelecto, mas sem abrir mão do sensorial. Tudo que faz parte do humano faz parte da arte. Exatamente nesse ponto que sua obra se afirma com profundidade política, não apenas pelos temas abordados, mas pela sua própria forma de refletir. O estar em cena já é, em si, um ato político. O teatro, para Zé Celso, não pode se limitar ao mundo: Ele deve atravessar, mesmo quando isso significa tocar em zonas de desconforto. Como lembra Drummond, há sempre um compromisso em “não fingir que o mundo é um jardim de flores”.

Trata-se de um teatro que se reconhece situado, mas que também busca comunicar-se para além de suas fronteiras

imediatas. Após sua morte, em 2023, o que se coloca não é apenas a preservação de um legado, mas a continuidade de um modo de fazer; Como Drummond sugere, essa continuidade não passa pela imitação. “Eu não imito o Zé quando dirijo, por mais que tenha aprendido tudo que eu sei com ele, acredito que ele aprendeu muita coisa comigo também”, afirma.

Zé Celso é e deixa, portanto, uma obra extensa, em textos, registros e encenações, seu trabalho vai muito mais que um legado potente. Talvez seja intangível: Em éticas de risco, liberdade e de invenção. Um teatro que insiste em se fazer presente, que recusa a instabilidade e permanece aberto, não com a memória fixa, mas como forma de movimento constante.

## Teatro Oficina na atualidade

Após a morte de Zé Celso, em 2023, o Teatro Oficina iniciou uma nova fase marcada pelo desafio de preservar um legado artístico profundamente ligado ao seu fundador sem perder o caráter coletivo que sempre definiu o grupo. Para Drummond o momento atual representa continuidade e reinvenção.

“São 40 anos no Teatro Oficina. Tudo que foi feito dos anos 90 para cá eu participei”, afirma. Segundo ele, após a pandemia e a perda de Zé, novos processos criativos passaram a surgir dentro do próprio coletivo. “Começaram a aparecer vários diretores formados no Oficina. Hoje são muitos projetos acontecendo”.

A permanência do teatro, porém, ocorre em meio a desafios estruturais e financeiros. Sem patrocínio fixo desde 2016, o espaço se mantém por projetos e parcerias culturais. “A gente vai fazendo como dá, com projetos, e tentando manter o teatro”, explica Drummond, destacando também a necessidade de reformas no prédio.

Mesmo com dificuldades, a relação entre arte e política segue como princípio central do grupo. “O teatro é o agora. O que acontece no mundo interfere na gente e chega ao público”, afirma o diretor que também critica a ausência de políticas culturais permanentes no país. Quando esses espaços são ameaçados, resume, “o Brasil perde a identidade”.

Para Drummond, o futuro do Teatro Oficina está justamente na capacidade de dialogar com novas gerações sem abandonar o caráter experimental e coletivo que marcou sua trajetória.

Mais do que preservar a memória de Zé Celso, o Oficina busca seguir criando. “O legado dele é imenso, mas o principal é continuar fazendo”, diz Drummond. “O Teatro Oficina não foi. Ele é.”



© Fotos: Manoella Marinho



# “Nem tudo que reluz é ouro”: Dan Stulbach relaciona nova peça ao Brasil atual

Ator participa de sua primeira montagem de Shakespeare em versão moderna e criativa de “O Mercador de Veneza”



O personagem Shylock foi encenado pela primeira vez em 1605

© Foto: Ronaldo Gutierrez/Divulgação

Por Fernando Amaral e Nicolás Beneton

Pela primeira vez, o ator Dan Stulbach encena Shakespeare com grande elenco, desde outubro de 2025, “O Mercador de Veneza”, obra que, por bem ou por mal, sempre foi um espelho do tempo vivido, sendo um sucesso extraordinário em cartaz no Tucarena. A peça explora com nitidez características presentes na sociedade contemporânea, como o anti-semitismo, a xenofobia e o machismo. Um modo claro da vida sendo representada através da arte.

A trama, composta por um elenco de 12 atores, conta a história de Antônio, um mercador que contrai uma dívida com o agiota judeu Shylock. Como garantia do acordo, Antônio aceitou conceder uma libra de sua própria carne, porém o pagamento não foi cumprido, o que resultou em um julgamento dramático, evento que traz questões como justiça, preconceito e ética. Dessa vez, a adaptação é ambientada nos anos 90, um artifício para manter a narrativa próxima da atualidade, sem recorrer ao alto nível de tecnologia atual.

Em entrevista ao Contraponto, Dan Stulbach relata que o processo de caracterização e encontro com o personagem Shylock acabou sendo como qualquer outro, o que mudou foi o fato da peça já ter sido montada outras vezes, com mais de 400 anos de história e diversos atores, registros, opiniões e teses sobre o espetáculo. É necessário dialogar com esse contexto. O ator classifica este processo como a busca por algo humano e profundo que o desafia e cativa a plateia.

Ainda sobre o personagem, Stulbach traz dois aspectos significativos: a importância na individualidade de cada ator e a

sua dedicação para interpretar Shylock: “Essa é uma das belezas do teatro, que cada um de nós, por mais que sejamos parecidos eventualmente, somos absolutamente diferentes quando um ator substitui o outro”. O ator ainda completa: “Exercer a nossa diferença é um grande ganho, ainda mais no mundo atual. É a busca, no meu caso, nesse personagem, de um ser absolutamente humano. Que você não precise concordar com o que ele faça, mas que você possa entender o porquê ele faz as coisas”.

Dan Stulbach expõe que sua entrega para o papel foi total e intensa, colocando Shylock como um dos personagens que mais estudou em sua carreira. Destacou também que todo tipo de conteúdo que ele pôde absorver o ajudou, como livros, podcasts e vídeos. “É um retalho das coisas que eu vi e de tudo que pude emocionalmente e racionalmente jogar para esse trabalho”.

A peça, dirigida por Daniela Stirbulov e adaptada por Bruno Cavalcanti, conta com opções criativas que se distanciam do convencional na dramaturgia. Um exemplo é a percussão na trilha sonora, com uma bateria tocada ao vivo por Caroline Calê, a qual contribui para ditar o ritmo e potencializar a tensão de cada momento. O mesmo ocorre com o uso de vídeos e imagens captadas por André Voulgaris. No centro do anfiteatro, algumas TVs são colocadas acima dos atores e em determinados momentos reproduzem o que surge em tempo real.

Apesar de ser o nome mais familiar para o público, Dan Stulbach não teve envolvimento na ideia da produção. O papel lhe foi oferecido pelos diretores de produção Marcelo Ullmann e Cesar Baccan, os quais também atuam na peça. O espetáculo já rodou o Brasil, em grandes capitais

e cidades do interior, contemplando públicos bastante diversos. Stulbach ainda garante que o resultado vem sendo satisfatório em todas as plateias.

“É uma peça forte, de uma história muito boa, intensa e simples, o que faz com que todos entendam e participem, dos públicos mais intelectuais e estudiosos, aos atores que já tenham feito a peça, ou ainda as pessoas que nunca tinham visto a história”, afirma o ator, que ainda complementa: “Cada lugar conversa de uma maneira, mas com muita intensidade. A peça faz com que as pessoas saiam da inércia, discutam e se envolvam no espetáculo”.

Dan Stulbach também faz um paralelo do “Mercador de Veneza” com a situação do Brasil, trazendo uma dicotomia de que é uma peça atual, por um lado bom e ruim. Bom, por sua qualidade e sua poesia, e ruim, pelas questões tratadas, como a hipocrisia e o preconceito. “Essa é a crítica, realmente. Que a mulher tem que se travestir de homem para poder ser aceita no tribunal, a questão com os gays, com os judeus. Que as pessoas não possam ser quem elas realmente são para serem aceitas na sociedade”.

Resgatando um dos momentos cruciais da encenação, Stulbach reafirma as temáticas principais da obra. “Na cena do julgamento você entende que todos os personagens da peça mentiram, em algum momento, sobre quem são, menos Shylock, que acaba sendo punido por ser quem ele é. Esse é o tema central do espetáculo”.

O ator aproveita para refletir sobre as lutas sociais do país atualmente. “Há muitas conquistas ainda a serem feitas na aceitação da mulher, da população negra e de todas as minorias. Eu tive a experiência de ter participado na aprovação da Lei Maria da Penha. Você tem a sensação que isso avança, e foi um grande avanço”. Stulbach ainda complementa sobre a reação destas progressões: “Logo em seguida, você vê que há uma reação fascista e reacionária, porque a violência volta, o machismo volta, como em ondas, esse avanço não é regular. Você avança um pouco, depois retrocede”.

Dan Stulbach conclui que a força da trama é justamente tentar fazer com que o público entenda o enredo com sua própria experiência de vida, fora do palco, tendo em vista que sem isso não compreenderiam e não aproveitariam o espetáculo. “A força do espetáculo é que ele é, infelizmente, atual”, finaliza.

# Entre visibilidade e fetichismo: casais LGBTQIAPN+ nas mídias

A série canadense *Heated Rivalry* mobilizou fãs e reacendeu o debate sobre representação nas mídias

Por Kaleo Ferreira, Manuela Abbate e Vitória Wu

O aumento observado nas últimas décadas da presença de casais LGBTQIAPN+ nas produções audiovisuais não tem sido necessariamente acompanhado por representações mais complexas. Apesar de ocuparem cada vez mais espaço em filmes e séries, as narrativas ainda recorrem a estereótipos e a simplificação das vivências afetivas.

Nos últimos meses, a série canadense *Heated Rivalry* tornou-se um exemplo de como a representatividade LGBTQIAPN+ pode mobilizar grandes audiências. A produção, que acompanha dois jogadores de hóquei rivais que desenvolvem um vínculo afetivo, ao se tornar um fenômeno, reforça um movimento crescente: a expansão de manifestações *queer* no entretenimento.

Nas redes sociais, a série rapidamente ganhou destaque e conquistou o público dentro e fora da comunidade *queer*. Isso evidenciou uma grande mudança cultural, em que essas narrativas deixaram de ser segmentadas e passaram a ocupar um espaço relevante no entretenimento *mainstream*.

Esse movimento pode indicar uma reconstrução da imagem de pessoas LGBTQIAPN+ nas telas. Durante décadas, a comunidade foi constantemente retratada como alívio cômico ou caricato, e ocupava papéis secundários e rasos. Em produções recentes, observa-se o surgimento de indivíduos *queers* como protagonistas: com conflitos complexos e relações afetivas que rompem com os estereótipos historicamente atribuídos a personagens gays.

© Reprodução: Alpha Coders



Hudson Williams e Connor Storrie protagonizam romance na série *Heated Rivalry*

Para a professora Marcella Abboud, mestre e doutora em Teoria e Crítica Literária, esse avanço passa por tratar essas vivências com naturalidade “protagonistas são pessoas e as múltiplas relações atravessadas por orientação devem ser secundárias nesse processo”. Além disso, ela também fala sobre normalização: “O ideal é tornar essas vivências triviais, porque normais elas já são”.

O fenômeno denominado ‘fetichismo de diversidade’ sugere que identidades e relações LGBTQIAPN+ podem ser tratadas meramente como ativos de mercado, sem o devido aprofundamento em experiências reais vividas. Nesse cenário, embora o engajamento e interesse do público heteronormativo promova visibilidade ao expor a realidade do que significa ser *queer*, ele também gera, inevitavelmente, uma busca dos produtores e dos contadores dessas histórias para a aprovação deste público. “A comunidade LGBTQIAPN+ que se divulga na grande mídia é muito pasteurizada por uma estética heteronormativa”, constata Abboud.

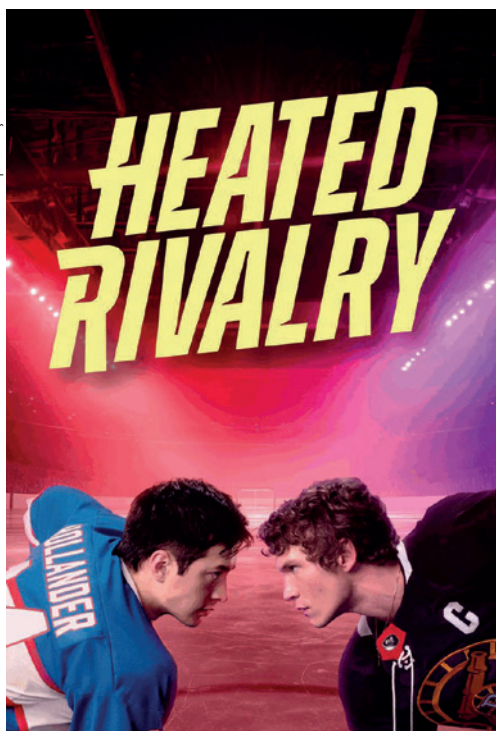
As obras elucidam essa ambiguidade: provêm visibilidade enquanto podem reiterar estigmas. Assim, as representações ficam cada vez mais sujeitas a aprovação do público cis heterossexual para a sua

produção. Comenta Abboud, “A comunidade LGBTQIAPN+ que se divulga na grande mídia é muito pasteurizada por uma estética heteronormativa”. Tal efeito, ultimamente, traça um paralelo infeliz com a realidade enfrentada por pessoas *queers* fora das telas, e então perpetua a adequação das narrativas da comunidade para pessoas que não a pertencem.

Esse debate revela um momento de transição da indústria audiovisual, se por um lado a presença de casais LGBTQIAPN+ na mídia representa um avanço em termos de visibilidade, por outro lado ainda levanta questionamentos sobre quem controla essas narrativas e de que maneira elas são construídas.

O sucesso dessas novas produções – como *Heated Rivalry*, atingindo nove milhões de espectadores por episódio nos Estados Unidos – mostra que o público está cada vez mais interessado em histórias diversas, mas também reforça a necessidade de representação que ultrapasse o fetiche e que se aproxime da vida real. Marcella Abboud reitera “A coisa precisa mudar de dentro para a fora”, e aponta que o envolvimento de pessoas da comunidade é essencial para a construção desses conteúdos de maneira honesta e compatível com a realidade enfrentada por pessoas da comunidade, “teremos um cenário mais equânime quando profissionais *queers* de toda forma sejam as cabeças a pensar as mídias e as múltiplas narrativas que são contadas”, conclui.

© Reprodução: Betaseriés



Pôster oficial da série, *Heated Rivalry*, de Rachel Reid

# Gustavo Marques e a ascensão da misoginia no esporte

O futebol e a imprensa esportiva como mecanismos de disseminação do machismo

Por Guilbert Inácio, Lorena Basília e Tamara Ferreira

No dia 21 de fevereiro de 2026, após o duelo entre Bragantino e São Paulo, pelas quartas de final do Campeonato Paulista, em Bragança Paulista, a árbitra Daiane Muniz, eleita melhor árbitra de vídeo do Paulistão de 2025, foi vítima de machismo por Gustavo Marques, zagueiro do Massa Bruta.

Na entrevista para a TNT Sports após o jogo, realizada no gramado do Cícero de Sousa Marques, o atleta do Bragantino criticou a Federação Paulista de Futebol (FPF) por ter colocado uma mulher para apitar a partida.

“Primeiramente, eu quero falar da arbitragem porque não adianta a gente jogar contra São Paulo, Palmeiras, Corinthians e eles colocarem uma mulher para apitar um jogo desse tamanho”, disparou o zagueiro em entrevista. Em seguida, ele disse que a árbitra “acabou com o jogo” do Bragantino.

“Era o nosso sonho chegar à semifinal ou até à final, mas ela acabou com o nosso jogo. Eu acho que a Federação Paulista tem que olhar para os jogos desse tamanho e não colocar uma mulher. Todo respeito às mulheres do mundo, eu sou casado, eu tenho minha mãe, então, desculpa se estou falando alguma coisa para as mulheres”, acrescentou.

Questionado pelo repórter Ricardo Martins, sobre o que Daiane haveria errado, Gustavo disse que ela errou desde o apito inicial, em não aplicar o mesmo critério para as duas equipes em relação a “cera” no jogo. Após a repercussão da declaração, o jogador foi até a zona mista para se desculpar publicamente, onde afirmou que procurou Daiane para pedir perdão.

A FPF e o Bragantino se manifestaram publicamente ainda no mesmo dia. Em nota, a Federação Paulista de Futebol demonstrou indignação e revolta com a fala do atleta, destacando o incômodo com o fato de ele questionar a capacidade da árbitra com base em seu gênero.

No último dia 4, o jogador foi julgado e punido pelo Tribunal de Justiça Desportiva de São Paulo (TJD-SP) com 12 jogos de suspensão e multa de R\$30 mil pela fala machista contra a árbitra Daiane Muniz. Além disso, Gustavo foi multado pelo Bragantino em 50% dos seus vencimentos.

Em entrevista ao **Contraponto**, a árbitra e comentarista da ESPN Brasil, Renata Ruel explica: “Quando um jogador ou uma pessoa pública vem a público e solta uma fala machista, você abre caminho para que outros machistas se manifestem e sem medo, sem pudor. A fala do atleta não apenas pode piorar como as mulheres são tratadas dentro de campo, como pode incentivar a violência contra a mulher. Em um país onde os dados são alarmantes em relação ao feminicídio, estupro, misoginia, esse tipo de fala é uma forma de abrir ainda mais o caminho para aumentar os números de forma negativa.”

Segundo a Rede Observatórios da Segurança, a cada 24h, 12 mulheres foram vítimas de violência em 2025, no Brasil. Além disso, segundo uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Política, em dias de jogos de futebol, as agressões físicas às mulheres aumentam quase 21% e as ameaças também crescem em quase 24%.

## Alta de ataques

O caso de misoginia de Gustavo não foi isolado. Nos últimos meses, ataques contra mulheres vêm crescendo no esporte. Em dezembro de 2025, Luiz Eduardo Baptista (Bap), presidente do Flamengo, ofendeu a jornalista Renata Mendonça, da Globo, por ela ter criticado a estrutura precária disponibilizada pelo clube ao futebol feminino.

Em fevereiro de 2026, o Vasco-AC, do Acre, contratou o goleiro Bruno, condenado pelo homicídio triplamente qualificado da modelo Eliza Samudio, em 2010. O goleiro estava em regime condicional e não podia sair do Rio de Janeiro. Ele foi o goleiro titular do time acreano na eliminação nos

Renata Ruel, em foto utilizada para anunciar sua contratação como comentarista de arbitragem da ESPN



Barbara Coelho durante transmissão da final do Campeonato Paulista pela CazéTV

pênaltis para o Velo Clube, de São Paulo, na primeira rodada da Copa do Brasil. A partida ficou marcada pela homenagem feita pelo Vasco-AC à três atletas do time que estão presos, acusados de estupro contra duas mulheres dentro do alojamento do clube, na madrugada do dia 13, antes da partida.

No dia 6 de março de 2026, após o jogo entre Osasco Cristóvão Saúde e Fluminense pela Superliga de Vôlei Feminino, um homem, presente no Ginásio Esportivo José Liberatti, ofendeu e ameaçou fisicamente a jogadora Maira Cipriano, do Osasco. Um dia depois (7), na véspera do Dia Internacional da Mulher, durante a partida entre Comercial de Ribeirão Preto e Nacional, pelo Campeonato Paulista A4, Bianca Francelino, médica do Nacional, foi vítima de assédio de torcedores rivais na arquibancada, que gritavam palavras de cunho sexual e faziam gestos obscenos.

## Mídias e o Papel da imprensa

Barbara Coelho, jornalista da Cazé TV, foi uma das primeiras a se manifestar sobre a fala de Gustavo Marques. Em contrapartida, ela foi amplamente atacada por misóginos nas redes sociais. Em entrevista ao **Contraponto**, destacou que a fala do jogador legítima comentários ofensivos nas redes, além de ser um reflexo de como a sociedade delimita o papel da mulher.

A jornalista da Cazé TV destacou: “O papel da imprensa esportiva é ter mais mulheres no seu ambiente de trabalho para que as pessoas passem a normalizar a nossa presença. Enquanto nós formos minoria, dificilmente as pessoas vão normalizar o nosso espaço. Então, se você trabalha numa redação esportiva e quer realmente fazer parte dessa luta por um mundo com mais igualdade e equidade, é necessário dar mais oportunidades para mais mulheres”.

Renata concorda com Bárbara: “Sempre que estou em um evento de futebol, tento observar quantas mulheres estão presentes. Olho auditórios de sorteios de Copa do Mundo, Libertadores, Sul-Americana e ainda dá para contar nos dedos quantas são mulheres, isso quando elas estão lá. Mas estamos avançando nesse quesito também, bem devagar, porém não podemos recuar.”

# Campeonato Mundial de Skate evidencia o protagonismo do Brasil no esporte

*País que antes marginalizava a prática consolida-se como referência e polo do skate mundial*

Por Cecília Leite, Eduardo Bettini, Manuela Morandin, Millene Guerra e Rafael Jorge

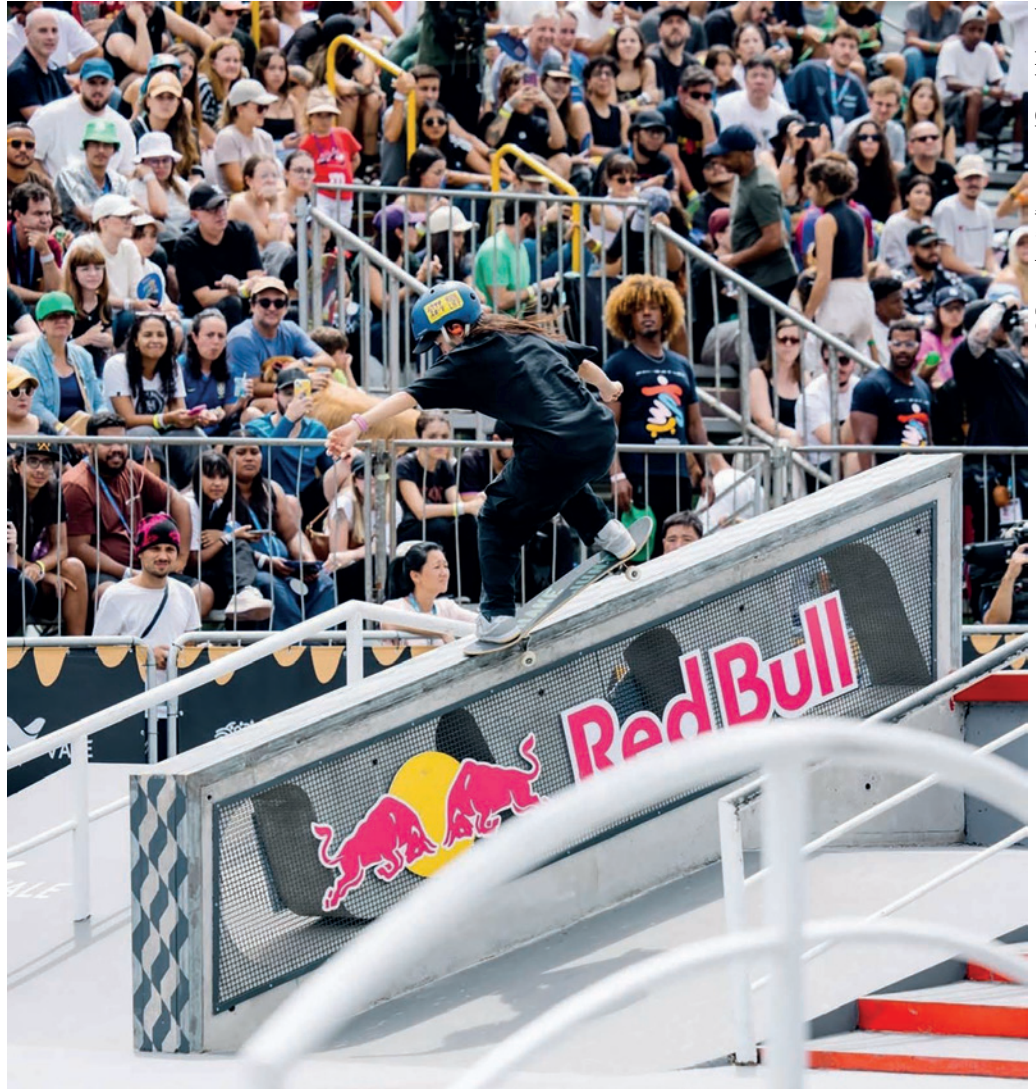
A cidade de São Paulo recebeu, entre os dias 1º e 8 de março, o Campeonato Mundial de Skate de 2025, realizado pela *World Skate* no Parque Cândido Portinari. Prevista inicialmente para acontecer em Washington, nos Estados Unidos, a competição foi transferida para o Brasil, país que vem se consolidando como sede fundamental de grandes eventos da modalidade, abrangendo as categorias *street*, *park* e vertical.

O cenário atual mostra que jovens e antigos talentos brasileiros ocupam os pódios ao redor do mundo com frequência. O crescimento recente do *skate* também se reflete no comportamento do público, que tem se ampliado e se engajado intensamente com ídolos nacionais, como Rayssa Leal. Esse fenômeno de audiência impulsionou o suporte institucional ao esporte.

Atualmente, a modalidade conta com apoio direto de prefeituras, governos estaduais e do Governo Federal, sendo contemplada pela Lei de Incentivo ao Esporte (LIE). Esse suporte financeiro e jurídico viabiliza a realização de novos campeonatos, a construção de pistas públicas modernas e o incentivo à prática por meio de parcerias entre os setores público e privado.

Nesse contexto, São Paulo consolidou-se como a sede oficial da final da *SLS Super Crown World Championship*, realizada no Ginásio do Ibirapuera em edições recentes. Além disso, a plataforma *Skate Total Urbe* (STU) desempenha papel central na organização do ecossistema no país, promovendo circuitos que unem a competição de alto nível a elementos culturais como música e arte.

Segundo Aline Dantas, vice-presidente da Confederação Brasileira de *Skateboarding* (CBSk), a entidade organiza o Circuito Brasileiro de Skate para definir os *rankings* nacionais em níveis profissional e amador. Para a dirigente, o sucesso atual deve ser analisado sob uma perspectiva histórica, lembrando que o *skate* chegou ao Brasil de forma improvisada na década de 1960.



**Público brasileiro lota as arquibancadas para assistir às finais do Campeonato Mundial de Skate em São Paulo**

A expansão do movimento ganhou força nos anos 1970, mas a profissionalização real dos atletas só ocorreu a partir da década de 1990. Nos anos 2000, o aumento no número de praticantes e a maior presença na mídia prepararam o terreno para que, na década seguinte, o país passasse a sediar etapas internacionais, tornando-se uma potência global.

Apesar da popularização, o *skate* enfrentou resistência social severa por décadas. A prática foi associada à rebeldia, gerando repressão por parte das autoridades. Em São Paulo, por exemplo, o prefeito Jânio Quadros proibiu a prática nas ruas em 1988. O skatista profissional Cesar Augusto, o Cesinha, relata que presenciou colegas sendo detidos e ele próprio precisou fugir de abordagens policiais.

A entrada do *skate* nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 2021, marcou um divisor de águas. Com as medalhas conquistadas também em Paris 2024, o esporte ganhou visibilidade inédita. Cesinha

destaca que o carisma e o desempenho dos atletas brasileiros foram determinantes para atrair novos praticantes e mudar a percepção da sociedade.

Aline Dantas reforça que a inclusão olímpica posicionou o *skate* como esporte de alto rendimento. Contudo, essa mudança gera debates internos sobre a possível perda da essência da cultura de rua. A transformação trouxe benefícios estruturais e novos investimentos, mas também impôs uma lógica competitiva que exige resultados constantes.

A dirigente alerta para o risco de redução do interesse público caso não haja conquistas expressivas em sequência. Além disso, a valorização excessiva do retorno financeiro pode se sobrepor aos valores históricos do movimento. Segundo Aline, é fundamental que as novas gerações mantenham princípios como coletividade, respeito e a identificação com a cultura original do *skate*.

# Releitura de “O Morro dos Ventos Uivantes” traz abordagem contemporânea que esvazia o original

Com Jacob Elordi e Margot Robbie, o filme aposta no apelo visual, mas apaga o estigma social central ao protagonista

Por Eduarda Amaral

A dimensão mais crua e perturbadora de um amor obsessivo, capaz de ultrapassar até a morte, é o que consolida *O Morro dos Ventos Uivantes* como um clássico da literatura. Escrita por Emily Brontë, a obra se destaca pela profundidade psicológica de seus personagens e por uma estrutura narrativa incomum para sua época.

Publicado em 1847 sob o pseudônimo Ellis Bell, o livro da escritora britânica acompanha Heathcliff e Catherine em uma relação em que ódio e desejo são inseparáveis e igualmente destrutivos. Brontë constrói dois personagens profundamente egoístas, que se amam com a mesma intensidade com que se aniquilam, incapazes de abrir mão um do outro ou de poupar aqueles que os cercam.

Ambientada nas paisagens inóspitas de Yorkshire, na Inglaterra, a narrativa transforma o próprio cenário em extensão das emoções de seus personagens, refletindo um clima hostil e sufocante, a trama se desenrola a partir da adoção de um menino batizado como Heathcliff pela família Earnshaw, desencadeando uma rivalidade brutal com o herdeiro legítimo, Hindley, e uma conexão inquebrável, porém impossível com Cathy.

No centro dessa dinâmica, a diferença de classe e o estigma racial imposto a Heathcliff, descrito pela própria autora como um ‘cigano de pele escura’, constantemente desumanizado e humilhado por aquilo que representa na sociedade inglesa, tornam-se o combustível que molda sua personalidade e alimenta o ciclo de vingança e destruição que organiza toda a narrativa por duas gerações.

“ Não sei de que as nossas almas são constituídas, mas a dele e a minha são iguais. ”

A adaptação dirigida por Emerald Fennell, cineasta de *Saltburn* (2023) e *Bela Vingança* (2020), “O Morro dos Ventos Uivantes” (*Wuthering Heights*, 2026) se apresenta como uma releitura sensual e satírica do clássico de Brontë. Desde seu anúncio, o filme gerou forte repercussão em torno da escolha do elenco principal, Jacob Elordi no papel de Heathcliff e Margot Robbie como Catherine, levantando questões sobre o que a indústria ainda chama de liberdade criativa e o que muitos reconhecem como *whitewashing*, o apagamento deliberado da identidade racial de um personagem.



O livro de Emily Brontë, que deu origem a um dos romances mais intensos da literatura

É evidente que uma adaptação literária não precisa replicar sua obra de origem. Ao longo de mais de 30 versões já realizadas, o romance vem sendo constantemente reinterpretado, com atores brancos no papel principal, como Tom Hardy e Timothy Dalton. A exceção foi a versão de 2011, de Andrea Arnold, que escalou o ator negro James Howson para o personagem.

No desenvolvimento da narrativa, o filme acompanha a decadência da família Earnshaw e o casamento de Catherine com Edgar Linton (Shazad Latif), como estratégia de ascensão social. O retorno de Heathcliff marca a trama final, após ser rejeitado e partir, reaparece determinado a reivindicar aquilo que acredita ser seu.

Fennell opta por concentrar o peso dramático na relação do casal principal, reconfigurando elementos fundamentais da obra original, especialmente a construção da vingança de Heathcliff, profundamente ligada ao seu lugar social e racial no século XIX. No filme, as camadas de dor, exclusão e ressentimento que o moldam se diluem. Jacob Elordi cumpre bem o papel, mas a figura que lhe é atribuída se aproxima mais de um “bad boy” melancólico e rejeitado, esvaziado das tensões sociais que sustentam sua trajetória no romance.

Esse processo também atinge os personagens secundários. Na obra de Brontë, Isabella Linton (Alison Oliver) é marcada pela violência de seu casamento com Heathcliff, em uma trajetória de degradação descrita sem concessões pela autora. Na versão da diretora, ela se torna uma figura de submissão que choca o espectador, mas perde o peso narrativo para se encaixar no enredo estético do filme.

Os trailers prometem um romance gótico com forte tensão sexual, mas o resultado aposta mais na proposta do que na profundidade de explorar o lado mais sombrio do desejo e da natureza humana.

As aspas no título sinalizam desde o início que a cineasta não propõe fidelidade, mas uma releitura com identidade própria e isso é inegável. O figurino anacrônico de Jacqueline Durran e a bela cinematografia constroem uma paleta visual marcante, em que vermelhos vibrantes e brancos frios contrastam com a neblina densa do ambiente, criando um jogo estético entre luxo e decadência.

Entre os pontos altos do longa está a escalação dos atores mais jovens, Owen Cooper e Charlotte Mellington que entregam uma interpretação marcante como o casal na juventude, sustentando emocionalmente a primeira metade do filme. A trilha sonora de Charli XCX introduz uma atmosfera completamente distinta, alinhando-se ao estilo mais ousado de Fennell e reforçando a proposta provocativa da adaptação.

Por fim, “O Morro dos Ventos Uivantes” se apresenta como uma releitura moderna e provocativa. O filme flerta com o universo de Emily Brontë, mas evita mergulhar em suas camadas mais profundas. Para os leitores do romance, trata-se de uma experiência distante do original, cuja execução tende a decepcionar. Já para novos espectadores, pode funcionar como um drama gótico envolvente, cheio de tensão sexual, sustentado por uma linguagem visual marcante e sedutora.

O cinema molda o imaginário de quem ainda não teve contato com essas narrativas. Ao esvaziar conflitos estruturais e suavizar suas implicações, a adaptação enfraquece o potencial crítico de uma obra que, em sua origem, questiona hierarquias sociais e expõe as contradições mais incômodas da natureza humana. Assim, o filme cumpre o que promete, mas, ao se apoiar na reinvenção estética, sacrifica a complexidade que tornou essa história tão perturbadora quanto inesquecível.



Jacob Elordi e Margot Robbie em “O Morro dos Ventos Uivantes”, o figurino em uma paleta de vermelho traduz a estética única e intensa do romance gótico

## Bugonia alerta: os andromedanos estão entre nós e vestem terno

Novo filme de Yorgos Lanthimos usa alienígenas, conspirações e abelhas para satirizar as falhas da sociedade contemporânea

Por Luis Henrique Oliveira

Toda vez que um filme do Yorgos Lanthimos é lançado o público geralmente se pergunta: o que virá agora? O diretor é conhecido por não poupar esforços na hora de surpreender e causar desconforto no telespectador, seja pela posição da câmera ou pela forma como dirige as atuações, e, em “Bugonia” (2025), não poderia ser diferente.

Apresentado em outubro de 2025, o filme gira em torno de Teddy (Jesse Plemons) e Don (Aidan Delbis), dois primos conspiracionistas que acreditam que o mundo é dominado por alienígenas do planeta Andrômada. A partir dessa crença, ambos decidem raptar a CEO Michelle Fuller (Emma Stone), a quem julgam ser uma andromedana disfarçada. É a partir desse ponto que a história começa a tomar forma.

O longa é uma refilmagem da comédia de ficção científica sul-coreana “Jigureul Jikyora! Save the Green Planet!” (2003), dirigida por Jang Joon-hwan, que também assina a produção do remake. Embora permaneça fiel em diversos momentos, o filme falha em trazer o humor ácido do material original e o frenesi lunático que marcam a obra. O filme oscila entre momentos de comédia pastelão, drama policial, thriller, terror com gore e ficção científica – um conjunto que, se misturado, em teoria poderia dar errado, mas que, nas mãos de Jang, se torna uma das obras mais complexas da ficção asiática.



© Foto: Ingresso.com

Michelle Fuller e Kang Man-shik, sua variante coreana

Lanthimos opta por abrir mão desses artifícios a fim de tornar sua versão mais contida, permitindo que a mensagem seja realmente compreendida pelo espectador, a partir de uma comédia tragicômica sobre a desigualdade social e as engrenagens de poder que nos cercam – alheias ao sofrimento humano e prejudiciais ao meio ambiente, sobretudo às abelhas, objeto de obsessão do protagonista e motor de suas ações.

Toda a motivação de Teddy é muito justificável, ainda que, na prática, seja questionável; ele é um operário que viu e vê, todos os dias, pessoas próximas sendo destruídas pelo modelo capitalista em que vivem. Isso fica claro em uma conversa com Don, quando ele afirma que, mesmo que Michelle não seja uma alienígena, ela ainda é completamente maligna e destruirá a humanidade por meio das estruturas corporativas.

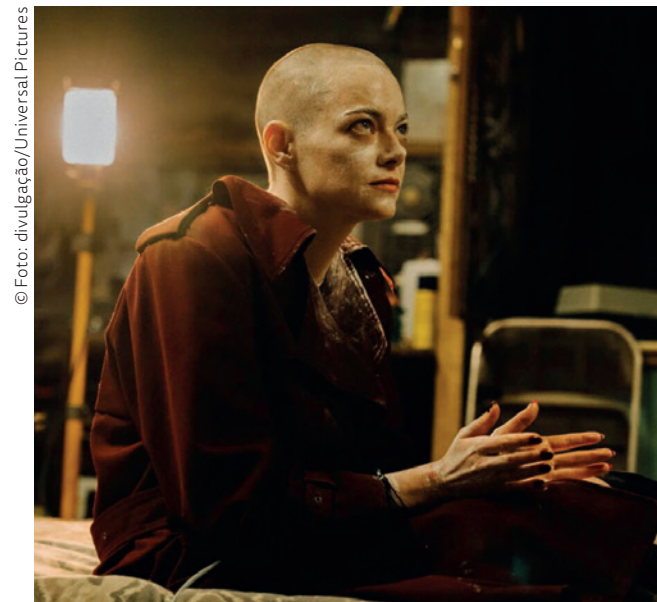
Essa fala ressoa em diversos momentos, como quando Tina, colega de trabalho de Teddy, se machuca durante o expediente e tem seu rendimento prejudicado por isso, recebendo uma advertência. Mesmo lesionada, ela se recusa a acionar a fiscalização, não enxergando a situação como uma violação de seus direitos. Isso torna o personagem de Plemons ainda mais furioso com o cenário à sua volta.

É interessante observar como Yorgos pega um gênero considerado clichê no cinema mainstream (invasão alienígena) e o transforma na pseudo-bizarria que já se tornou marca de sua carreira. O cineasta brinca com o negacionismo absurdisto do século XXI, mostrando como preferimos acreditar que estamos cercados por reptilianos disfarçados que querem acabar com o planeta a ver que somos os próprios culpados por adoecê-lo, enquanto utiliza um enquadramento quase estático que se apresenta ao espectador como uma vitrine para a estranheza que propõe retratar.

É uma forma de conduzir a história por meio da câmera que não se via nos trabalhos do diretor há um tempo, assemelhando-se aos ângulos angustiantes de “O Sacrifício do Cervo Sagrado” (2017). Você se sente imerso no enredo a ponto de ficar desconfortável com tudo o que está acontecendo, mas não o suficiente para conseguir interferir nos eventos.

Narrativamente, ele sustenta a trama pela pulga atrás da orelha que sentimos conforme o filme avança (Michelle é ou não uma alienígena disfarçada? Qual é a relação entre Teddy e o policial Casey?) e só passa a surpreender de fato nos 30 minutos finais, quando a mensagem se torna clara: a humanidade não tem mais volta, e o único jeito de consertá-la é começando de novo.

Por isso o título do filme: bugonia, palavra derivada do grego, pode ser traduzida como “nascimento do boi”, descrevendo um antigo ritual que envolvia o sacrifício de vacas para que abelhas emergissem de



© Foto: divulgação/Universal Pictures

Bugonia estreou com 100% de aprovação no Rotten Tomatoes

seus corpos. Na grande analogia do diretor, somos como os insetos e precisamos de um renascimento para encontrarmos nossa civilidade.

O ponto mais alto do longa é, sem dúvidas, o elenco principal. Emma Stone, que já acumula uma parceria de longa data com o cineasta desde “A Favorita” (2018), entrega uma Michelle cheia de nuances; a personagem é o puro suco da representação capitalista, com frases de motivação genéricas, fala mansa e sorriso vazio. Entretanto, você sente afeição por ela em certo momento e quer acabar com as torturas que sofre.

Mas é Jesse Plemons quem rouba os holofotes. Se a figura vivida por Stone representa a classe burguesa, Teddy é o equivalente ao cidadão médio comum: uma bomba-relógio que tem a necessidade de encontrar sentido nas coisas e, por isso, se aprofunda em vídeos conspiracionistas do YouTube, pois só isso explicaria a realidade que vive. Sua atuação é perturbadora, hilária e trágica, tudo ao mesmo tempo, equilibrando a tensão de ser um sequestrador com um patetismo comovente.

Bugonia dividiu opiniões do público geral sob o pretexto de “ser o mais simples dentre os que compõem a cinematografia de Yorgos Lanthimos” – e realmente é. Mas isso não faz com que seja uma obra intragável, muito pelo contrário. O filme busca não confortar, mas sim satirizar as falhas de uma sociedade que prefere encontrar sentido no desconhecido a reconhecer que as próprias ações são as causas dos problemas mundiais, e isso o filme consegue com êxito.

# Você moraria nesta casa?

Entre plantas baixas se escondem os maiores segredos em “Casas Estranhas”

Por Isabelle Rodrigues

Todos têm medo de algo, para alguns vem do incomum, do sobrenatural, do absurdo. Porém há aqueles que sentem o terror no que existe, como serial killers, famílias disfuncionais, tramas que se baseiam no que acontecem no dia a dia.

Seguindo esse pensamento, o que existe de mais comum do que uma casa? Inclusive, você vê algo estranho nessa planta?

Mas apesar disso, ainda existia algo muito mórbido naquele lugar.

“ Havia apenas um ponto intrigante em relação à planta baixa. No térreo, entre a cozinha e a sala de estar, havia um espaço misterioso. Ele não tinha porta, então era impossível entrar ali. E, mesmo quando perguntaram ao corretor sobre aquilo, ele não soube explicar. ”

Nesse ponto a narrativa caminha para suposições que se baseiam inteiramente em plantas de casa. É possível descobrir muitas coisas olhando as roupas, a decoração e os hábitos de alguém. Mas e a estrutura da casa dele? Com os conhecimentos de Kurihara e do protagonista, aprendemos sobre cada morador, suas rotinas, seus medos, seus segredos.

A partir desse ponto a narrativa fica sombria, questões são levantadas. Como a família que antes ali morava conseguia deixar os olhares curiosos todos longe? O que acontecia naquele lugar? Como mantinham em segredo uma rede de assassinatos cometidos por uma criança? Um tema sórdido. Mas que combina com a história.

Durante o seguimento, o sentimento de invasão toma conta do leitor, e a paranoia se torna inevitável justamente pela escrita simples do livro. Uketsu não floresce o texto, o foco dele desde o início é manter a atenção aos detalhes importantes: as casas. Mesmo que outros personagens entrem para dar declarações sobre a família, o foco principal continua sendo a análise arquitetônica misturada com uma boa dose de psicologia.

Por exemplo, em certo ponto da história, Kurihara questiona sobre a absurda quantidade de janelas na planta. Ao todo são contadas 16 janelas, o que não dá privacidade a família, mas psicologicamente causa aos vizinhos a sensação de conhecer o íntimo da casa, já que não há espaço para se esconder nada.

No segundo segmento do livro, mais plantas baixas são apresentadas, aumentando o conspiracionismo da história. Quantas casas existem? Quantas pessoas podem ter morrido nas mãos daquela criança? O autor brinca com este medo de forma excelente, mexendo com um dos valores primordiais da vida adulta: ter uma casa própria.

Outro ponto a ressaltar é como Uketsu se esforça para manter o leitor por dentro dos conceitos apresentados nas plantas, explicando sobre os detalhes das construções. Como os posicionamentos de janelas, alterações na estrutura e os mecanismos de cada planta. Uma particularidade que ficou ainda melhor no segundo volume, apesar das histórias não possuírem nenhuma relação além de leves referências e a aparição de Kurihara, mesmo que bem mais apagada.

Pode-se dizer que para o autor o foco nunca foi na experiência pessoal dos personagens – eles não estão ali para serem conhecidos e sim para nos fazer entender, nos afogar no mistério da vida de outras pessoas.

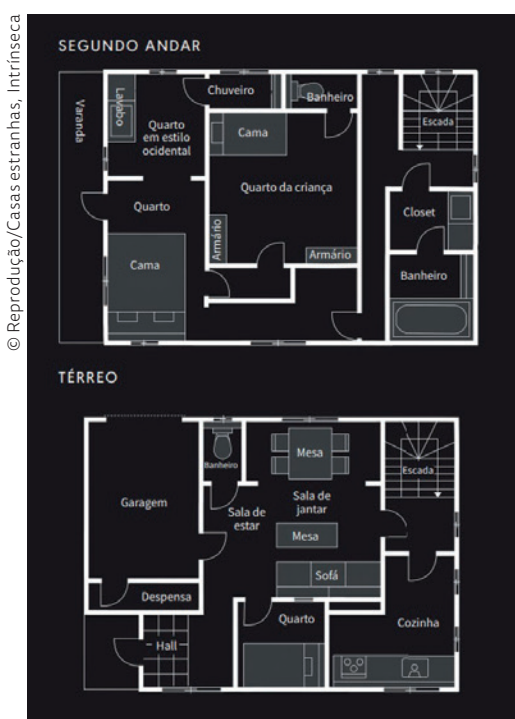
Mas por outro lado, o livro possui uma conclusão meio amarga. Muitos leitores elogiam a coragem do autor em não seguir o caminho tradicional em relação a família. No fim da narrativa, descobrimos que, na verdade, a casa foi sim feita com o objetivo de servir para assassinatos, mas nunca foi usada para tal: tudo não passava de um disfarce criado para esconder uma conspiração familiar muito maior.

Essa conclusão não torna o livro ruim, mas deixa uma grande abertura para o “e se?”. Como história, o livro se sustenta bem, mas o *plot twist* sobre a casa ser entregue por meio de uma única carta escrita pelo pai da família, é uma revelação interessante, mas tediosa, que tira um pouco do brilho dedicado ao protagonista e Kurihara.

Uketsu é uma figura misteriosa, sua presença na internet pode ser considerada complexa. Em nove anos de canal no YouTube, pouco se sabe sobre o escritor, sendo a máscara branca que usa a identidade dele para os fãs.

O livro, publicado em 2021 no Japão e traduzido para português pela Intrínseca em 2025, alcançou tremendo sucesso com mais de 1,8 milhões de exemplares vendidos no mundo todo. Uketsu apresentou a narrativa pela primeira vez em 2020, no próprio canal no YouTube com o vídeo intitulado “Mistério Imobiliário: Uma Casa Estranha”.

Um segundo volume foi lançado em 2025. Além de uma adaptação da narrativa para mangá, atualmente com seis volumes, publicada pela Panini no Brasil, há também um novo livro, ‘Mapas Estranhos’, que contará com Kurihara como protagonista para 2026.



© Reprodução/Casas estranhas, Intrínseca

Plantas baixas, é o nome usado para o desenho técnico da arquitetura de uma casa, demonstrando sua disposição de janelas, portas e em alguns casos móveis

Tudo começa com um amigo do protagonista pedindo ajuda para verificar atividades paranormais na casa em que ele e sua esposa planejam comprar.

É nessa premissa que Casas Estranhas de Uketsu brilha, querendo focar na imersão do leitor. O nome do protagonista não é revelado, com isso, podemos assumir que estamos acompanhando uma representação do próprio autor, imerso em mistério sem conhecermos seu rosto e sem saber o seu verdadeiro nome. Na trama o escritor é um *freelancer* de mistérios ocultistas, acompanhado por seu fiel escudeiro e consultor Kurihara, um experiente arquiteto que trabalha em um famoso escritório.

Durante a pesquisa, os dois se deparam com peculiaridades dos antigos moradores. A casa não tem nada sobrenatural, apenas portas estranhas, janelas em excesso e espaços desnecessários.

## Como ser um bom tirano

Por Maria Eduarda Cepeda

**MUITOS ACHAM QUE MEU TALENTO** foi herdado através da minha família, mas tudo é uma questão de constância, tudo com o tempo pôde ser aperfeiçoado. Nada do que consegui foi por acaso, não precisei de pais ricos ou de ajuda de um filantropo, foi por mérito.

Você não precisa saber de política para chegar onde eu cheguei, eu mesmo não acompanho essas discussões acaloradas que fazem em planaltos e congressos. O absurdo te traz holofote e o sadismo te faz poderoso, sabendo disso, fica fácil para assumir qualquer cargo de poder.

Sugiro que comece com coisas pequenas. Exercer uma função que te dê abertura para boas maldades é aconselhável, seja cortando o leite gratuito das crianças ou desviando o dinheiro de fundos de cultura e saúde. Depois disso fica fácil chegar a posições mais promissoras, como presidente ou primeiro-ministro. Não se sinta mal pelo o que tiver que ser feito nesse caminho, tudo não passa de um desafio para provar algo maior. O seu termômetro para tudo isso será o choro de quem compõe o atraso do nosso desenvolvimento: progressistas, mulheres e pobretões.

Agora você já pode aumentar um pouco seus malfeitos. Crie uma mentira sobre alguma lei que está prestes a entrar em vigor à benefício dos necessitados, use do poder de Deus para se fazer de falso mártir. Ninguém vai questioná-lo, como já disse, o absurdismo é o segredo do seu sucesso, é ele que te trouxe aqui. Seu caminho para o sucesso agora está garantido.

Chegando no topo, faça o que quiser. Quando estou entediado gosto de criar conflitos geopolíticos, jogar bombas em países do oriente médio e tomar o poder de áreas recheadas de civis, é divertido. Nada me faz rir tanto quanto ver o olhar dos meus devotos, parecendo cães com raiva nas multidões das largas avenidas em que convoco passeatas, o delírio deste povo estúpido é o que me faz ter certeza que estou no lugar certo. Posso arrotar do bom e do melhor, enquanto eles se matam por mim em qualquer canto da cidade por meia dúzia de bobagens que falo na televisão.

Aproveite as oportunidades que esta vida pode te dar, mesmo. O choro de mães que perdem seus filhos nas guerras criadas por você, vai valer todo o centavo que será gasto pelo seu primogênito no futuro. O sangue derramado dos jovens que honram a bandeira em seu nome pode ser esquecido quando você olhar a sua conta bancária e ter certeza que poderá comprar o mundo todo se quiser, pouco vai importar quem morreu ou vai morrer por suas decisões.

Ao ver tudo que construí, sinto orgulho. Eu faria tudo de novo. E você vai ter a mesma sensação quando for a sua vez.



# Despertei latina

Por Carolina Machado

O BRASIL SEMPRE FOI SÓ O BRASIL e o brasileiro não se identificava como latino. Me parece que não temos muitas opções, ou crescemos consumindo nossas próprias riquezas culturais ou pensamos, mesmo que de forma inconsciente, que se a moldura não for importada dos grandes nomes do “avanço”, como Estados Unidos e Europa, não tem como se reconhecer no espelho verde e amarelo.

Senti um estranhamento ao me deparar com o “*brazilian core*” no Pinterest, por exemplo. Não é possível que as pessoas consigam realmente se identificar com corpos bronzeados, liberdade nas favelas, sombra e água fresca em looping.

Não importa a bolha que vivem, de onde são e os preconceitos que podem ter, foi impossível não notar Bad Bunny em sua performance no intervalo do Super Bowl. Vimos um marco atemporal acontecer diante de nossos olhos, só se falava nesse espetáculo. Do TikTok ao Instagram, pude encontrar latinos esperançosos não só em ouvir o nome de seus países, mas também de vislumbrar suas bandeiras no mar de tantas outras, reagindo à apresentação do cantor. A verdade é que, naquele instante sentada no sofá, vi Bad Bunny peitar Donald Trump em defesa não só dos imigrantes, mas também da soberania de todos aqueles subestimados pelo transcendente tribunal imperialista norte-americano; que, por décadas, nos diminui e nos relega rótulos que ignoram nossa diversidade

A partir daí, adicionei a música **BAILE INOLVIDABLE** à minha playlist, me tornei fã... “me tornei” latina. E o que antes era apenas verde e amarelo, de repente foi acrescentado mais 22 novas cores... Acho que não fui a única comovida e, querendo ou não, virou tendência ser latino.

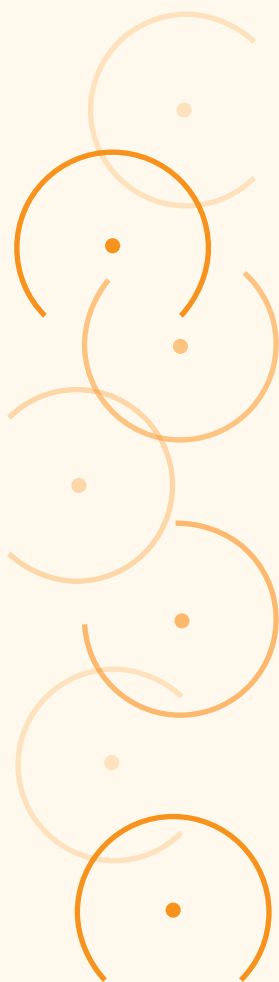
Não que isso seja ruim, mas que exercício de autoconhecimento estamos fazendo: é luta, ou moda?

Tenho uma colega que idolatra os Estados Unidos e interpreta uma paisagem periférica de frente para o mar, na Bahia, como a costa amalfitana. Para minha surpresa, ela foi ao show do Bad Bunny, treinou o espanhol recém-adquirido e declarou seu molho latino para Deus e o mundo. Vejo contradição na postura dela... talvez ela concorde com a luta, mas somente até o ponto em que essa deixa de ser moda e se torne um ato político.

Para mim, não reconhecer que temos, assim como outros países da América Latina, problemas estruturais gravíssimos é um problema. São inúmeras as estéticas midiáticas que mesclam pobreza, violência e desigualdade, que criam um círculo vicioso, quando não as tratamos expositiva e criticamente, como Bad Bunny fez em cima do palco.

O impacto que o artista causou foi como uma centelha de fogo em uma caixa de fósforos, ou melhor, em países. Ele ilustrou cenários latinos e disse que todos encaramos nossas realidades com muito molho, energia e música, esperançosos não só para mudar nossos contextos, como também para mudar como somos vistos.

No final do dia, há quem diga “brazilian”, ou apenas brasileiro, mas, acima de tudo, tenho orgulho de dizer que sou latina.



# O mundo Ciça

Por João Calegari

**CONSIDERO-ME UM FÃ DE CARTEIRINHA** dos carnavais de avenida. Mesmo nascido e criado na selva de pedra, acredito que o samba da Sapucaí chama a atenção de qualquer brasileiro. Mas algo me saltou aos olhos desde que conversei com um amigo sobre a apuração deste ano: ele só sabia me dizer sobre a performance de Virgínia Fonseca.

Para os poucos sortudos que não sabiam sobre suas origens antes de ler esse texto, pensem em Virgínia como uma alpinista social – talvez a maior da atualidade.

O que mais me intrigou nessa conversa não foi o fato de Virgínia ter, supostamente, comprado sua vaga de rainha de bateria da Grande Rio através da sua empresa. Foi, na verdade, perceber Virgínia ofuscando os holofotes dos verdadeiros homenageados do carnaval de 2026.

Digo isso porque havia um nítido confronto silencioso que pairava no ar desde o anúncio dos enredos deste ano. Em especial, após o anúncio da Unidos do Viradouro – para a escola, era hora de homenagear uma pessoa que vive em função da maior festa de rua do mundo:

Moacyr da Silva Pinto, ou mestre Ciça, é o mais antigo regente de bateria ainda em atividade. Não é por acaso que Moacyr é descrito como mestre dos mestres, a percussão de carnaval mudou para sempre com o esforço de sua vida.

A grande questão que surge ao comparar as imagens de Ciça e Virgínia diz respeito à natureza de seus impactos culturais. A função de um mestre de bateria é aglutinar uma comunidade. Primeiro, através da união de mais de trezentos ritmistas em uma única grande música. Mas Ciça vai além, ele demonstra que quando todos se tornam um na avenida, nada é capaz de afrontar a cultura brasileira.

Enquanto isso, Virgínia é uma invasora. Seu nome é um imã de atenção porque ela aprendeu a domesticar um algoritmo, apenas. Ela é a prova viva de que estamos vivendo em um mundo de espetacularização da realidade.

Recebeu uma vaga no desfile da Grande-Rio porque pagou por isso. No entanto, a escola da Baixada Fluminense não precisa de seu dinheiro, precisa de valorização cultural.

É verdade que os caminhos para essa valorização são diversos. Mas deve-se destacar aquele que mais chama atenção no carnaval de avenida, o potencial que essa festa tem de contar a história de pessoas.

Em 2026, além da Viradouro com o Ciça, houve a homenagem do Salgueiro para uma das maiores carnavalescas da história, a professora Rosa Magalhães.

Rosa foi, por essência, uma grande contadora de histórias. Usou da amplitude que o carnaval lhe dava para ensinar a história de seu país.

Os temas eram diversos, mas foram do papel da mulher brasileira à história das caravelas portuguesas. Ela trazia os “Brasis” analisados na academia para o povo do Rio através do samba.

Não é exagero dizer que há uma geração carioca que conhece a identidade brasileira a partir do olhar dessa artista. Olhar que a fez a maior campeã da história do carnaval carioca.

Quando o Salgueiro decidiu homenageá-la, fez o mesmo caminho de Rosa. Uniu o erudito ao popular convidando um violinista para tocar o Refrão do Samba ao lado da Bateria Furiosa.

“Mestra, você me fez amar a festa/Tantos alunos por aí,/seguem o legado na Sapucaí”.

O carnaval sempre se engrandeceu como uma cultura do povo e para o povo. Onde a Virgínia se encaixa nessa equação? Eu não sei. Apenas sei que ela não sabia sambar, não fazia ideia da força de uma comunidade unida pelo samba, e mesmo assim teve seu cargo renovado. Em 2027, pode-se esperar mais um espetáculo por aí.

Enfim, há muita Virgínia neste mundo, Ciça. Mesmo que, nos últimos anos, fizeram-nos acreditar que éramos Ciças em um “mundo Virgínia”. De qualquer forma, prefiro crer que esse carnaval foi, na verdade, uma redenção do mundo, destinada a nós que ainda acreditamos na cultura do povo.

O prêmio da Viradouro entra para a história das nossas festas. No fim do dia, aproveitar o ato carnavalesco ainda é viver aquilo de melhor que nossa cultura tem a nos oferecer.

E só tenho certeza disso porque também assisti o tal desfile da Grande-Rio. Quando se conseguia ignorar o showzinho da influencer, era possível ouvir um antológico samba em homenagem à eterna Nação Zumbi, o enredo que defendia a vida parecida com as águas, não doce como o rio nem salgada feito o mar.

Tal ideia me fez pensar em nuances que a cultura de massa de um “mundo Virgínia” nunca iria compreender. É evidente, não é só de Virgínia que vive este mundo.

O Brasil aprendeu, com a Viradouro de Ciça, como se contar histórias através do batuque. A clareza da bateria demonstra a consciência desses grandes mestres sobre o que é feito durante o desfile.

O mundo Ciça é o palco da ousadia. Os feitos de sua história são incontáveis, mas tem um que se destaca. Em 2007, a Viradouro desfilou com a bateria em cima de um carro alegórico. O momento foi recriado nesse último desfile, quando o brio virou legado.

De vez em quando, eu me vejo de volta naquela quarta feira de cinzas, o momento em que o país se despediu do carnaval deste ano. Lembro de acompanhar a apuração das notas torcendo pelas escolas de vermelho e branco, que fizeram questão de que o carnaval fosse sobre o carnaval.

Eu lembro de cada nota dez para a Viradouro, sentia como se todas elas exclamassem pelo reconhecimento de nossa cultura.

Eu lembro do sorriso no rosto de Ciça antes de cair de emoção nos braços de sua esposa e filha, ele dividiu aquele momento com sua família. Mas a vitória não era só deles, era de uma comunidade. E também não era só dela, era de todo um mundo.

Eu acredito em um mundo, Ciça. Um Mundo que prefere se emocionar com a história de um homem no comando das ripas, caixas, tamborins e agogôs no lugar de acompanhar as atitudes de uma alpinista social.

A Viradouro, campeã do Grupo Especial, fez com que o final dessa história se materializasse em troféu por meio de um convite:

“Se for morrer de amor, que seja no samba/Sou Viradouro, onde a arte o consagrou/Não esperamos a saudade pra cantar/Do mestre dos mestres, herdei o tambor.”

## Ensaio fotográfico *Silêncio, pedras e história: conheça o Cemitério da Consolação*

Por Khauan Wood

Inaugurado em 1858, o Cemitério da Consolação, no centro de São Paulo, é o mais antigo cemitério municipal da cidade e também um importante espaço artístico. Suas alamedas reúnem esculturas, mausoléus e monumentos produzidos principalmente entre os séculos XIX e XX, encomendados por famílias da elite paulistana a artistas e arquitetos de destaque, como Victor Brecheret, Luigi Brizzolara, Francisco Leopoldo e Silva e Ramos de Azevedo.

Pelo conjunto de obras de arte tumular, o local é frequentemente considerado um museu a céu aberto. Além do valor artístico, o cemitério também guarda a memória de importantes figuras da cultura brasileira, como Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Tarsila do Amaral e a Marquesa de Santos, reforçando seu papel como patrimônio histórico e cultural da cidade.





© Fotos: Khaun Wood



